

ATA N.º 21/2019

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2019:

No dia dezasseis de outubro de dois mil e dezanove, pelas quinze horas e dez minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Transferência de competências decorrentes da Lei-Quadro n.º 50/2018, para o Município de Palmela, nos anos de 2019 e 2020

PONTO 2 – 8.ª Alteração ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022

PONTO 3 – Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear

PONTO 4 – Atribuição de apoio financeiro às Escolas de Música das entidades associativas do concelho

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de Quinta do Anjo para realização da 263.ª edição da Festa de Todos os Santos

PONTO 6 – Início do procedimento de Classificação do Museu da Música Mecânica como Imóvel de Interesse Municipal

PONTO 7 – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e o Palmelense Futebol Clube no âmbito da realização de obras de remodelação do posto médico e casas de banho do Campo Cornélio Palma

PONTO 8 – Protocolo entre o Município de Palmela, a Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela e Upper Score – Associação Desportiva

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DESPACHOS EMITIDOS PELO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Paulo Pacheco, no período compreendido entre 02.10.2019 e 15.10.2019.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 30.09.2019 e 11.09.2019.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 02.10.2019 a 15.10.2019, no valor de 1.550.728,41 € (um milhão, quinhentos e cinquenta mil, setecentos e vinte e oito euros e quarenta e um cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 15.10.2019, apresenta um saldo de 13.035.988,32 € (treze milhões, trinta e cinco mil, novecentos e oitenta e oito euros e trinta e dois cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 11.798.441,16 € (onze milhões, setecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e quarenta e um euros e dezasseis cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.237.547,16 € (um milhão, duzentos e trinta e sete mil, quinhentos e quarenta e sete euros e dezasseis cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Moção** (Pela contratação de pessoal não docente para a Escola Secundária de Pinhal Novo e outras escolas do Concelho).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Dia Municipal para a Igualdade).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Great Taste Awards 2019 – Doce da Bina).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Alice Nogueira).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Clube Desportivo Pinhalnovense e Palmelense Futebol Clube).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** passa à leitura da moção que se transcreve:

. **Moção** (Pela contratação de pessoal não docente para a Escola Secundária de Pinhal Novo e outras escolas do Concelho).

(Na moção a seguir transcrita foi corrigido o seguinte: onde se lia "(...) *O reforço de 1.500 assistentes operacionais (...)*" passa a ler-se "*O reforço de 1.000 assistentes operacionais (...)*".

Na moção em questão foram acrescentadas as seguintes entidades a quem a mesma deve ser enviada: Agrupamento de Escolas de Palmela, Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, Agrupamento de Escolas José Saramago e Associações de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Concelho).

“A Escola Secundária de Pinhal Novo vê-se confrontada, neste início de ano letivo, com uma grave falta de pessoal não docente - assistentes operacionais - que assegurem a vigilância, a limpeza e o funcionamento normal daquele estabelecimento de ensino.

Corresponde a 27 assistentes operacionais o rácio indicado pela DGEstE, estando atribuídas/os 26, mas defende a Escola ter direito a 32 trabalhadoras/es, atendendo ao horário praticado, das 07h00 às 20h00. Para agravar a situação, 10 destas/es trabalhadoras/es encontram-se com baixa médica, o que significa que, de facto, estão ao serviço apenas 16 trabalhadoras/es.

A título de exemplo, o Bloco C e os balneários estão sem qualquer apoio e vigilância, o que coloca em risco a segurança de toda a comunidade escolar, em particular, das/os 1.890 alunas/os que frequentam o estabelecimento, e a situação de limpeza das instalações está a degradar-se, o que sobrecarrega e agrava as condições de trabalho das/os assistentes operacionais no ativo.

Neste quadro, a Direção da Escola Secundária de Pinhal Novo decidiu encerrar o estabelecimento a partir das 16h00 e adiar as reuniões de direções de turma com encarregadas/os de educação. Estão, também, canceladas as atividades do Desporto Escolar, que decorriam entre as 18h00 e as 20h00, com grave prejuízo para as/os alunas/os.

A Câmara Municipal de Palmela, informada pela Direção da Escola, não pode deixar de se pronunciar sobre este problema, semelhante a situações já verificadas e denunciadas no passado recente.

Mas a falta de assistentes operacionais não se resume apenas à Secundária de Pinhal Novo. Credo que o ano letivo 2019/2020 teria condições para se iniciar normalmente, esta Câmara vê-se hoje, também, confrontada, nos Agrupamentos de Escolas do Concelho, com incumprimentos vários por parte do Ministério da Educação, que ignora as suas responsabilidades e as remete para as direções dos agrupamentos. Falamos de trabalhadoras/es aposentadas/os e não substituídas/os, de situações de baixa prolongada, de serviços que estão encerrados ao público alguns períodos do dia (Secretaria) ou sem acesso à população escolar (Biblioteca), de espaços sem vigilância ou com vigilância limitada (pisos, balneários) ou do recurso a professoras/es para suprir dificuldades de serviço, entre outras deficiências.

O reforço de 1.000 assistentes operacionais, anunciado em março último pelo Ministério da Educação, viria a cair em junho, na sequência de uma portaria do Ministério das Finanças que anulou os concursos, não dando resposta oportuna às necessidades das escolas.

É de sublinhar, ainda, que fica em risco a nova estratégia para uma Escola Inclusiva com a falta de resposta da DGEstE ao pedido dos Agrupamentos de Escolas para colocação de assistentes operacionais que possam suprir as carências existentes no acompanhamento a crianças que

não conseguem garantir a sua autonomia (as Necessidades de Saúde Especiais, anteriormente designadas por Necessidades Educativas Especiais).

Profundamente preocupada com a situação que se verifica em várias escolas e que coloca em causa todo o esforço e investimento que o Município e as Escolas têm colocado num projeto educativo de sucesso, a Câmara Municipal de Palmela está a acompanhar a situação de perto com as direções das escolas e de agrupamentos e, reunida na Biblioteca Municipal de Palmela a 16 de outubro de 2019, delibera:

- Reivindicar ao Ministério da Educação a célere afetação de pessoal não docente, para suprir as necessidades da Escola Secundária de Pinhal Novo, bem como de todas as outras escolas onde se verificam falhas;
- Alertar, também, para a urgência de um olhar específico sobre a situação das/os alunas/os com Necessidades de Saúde Especiais, que carecem de um acompanhamento atento e especializado;
- Manifestar a sua solidariedade à comunidade educativa do Concelho – alunas e alunos, docentes, assistentes operacionais, direções de escolas e de agrupamentos, Associações de Pais e Encarregados de Educação e famílias;
- Enviar a presente moção às seguintes entidades:
 - Grupos Parlamentares da Assembleia da República
 - Primeiro-Ministro
 - Ministro da Educação
 - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE)
 - Conselho Metropolitano de Lisboa
 - Assembleia Municipal de Palmela
 - Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela
 - Conselho Municipal de Educação
 - Conselho Municipal de Juventude
 - Escola Secundária de Pinhal Novo
 - Conselho Geral da Escola Secundária de Pinhal Novo
 - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária de Pinhal Novo
 - Comunicação Social
 - Agrupamento de Escolas de Palmela
 - Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos
 - Agrupamento de Escolas José Saramago
 - Associações de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Concelho.”

Sobre a moção (Pela contratação de pessoal não docente para a Escola Secundária de Pinhal Novo e outras escolas do Concelho) intervêm:

O **Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes e relativamente a esta matéria, refere que não é a partir das 18 horas, mas das 16 horas, que as atividades na escola deixam de funcionar, porque procurou informação sobre o que se estava a passar na Escola Secundária e a partir das 16 horas já não há atividades de apoio os alunos.

O **Sr. Presidente** refere que na moção está referido as 16 horas e depois das 18 às 20 horas para o desporto escolar.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que até mesmo na questão da Educação Física, também a partir das 16 horas, a não ser para aqueles que têm atividade desportiva federada.

O **Sr. Presidente** esclarece que se trata de desporto escolar, portanto, chama a atenção para o 4º parágrafo da moção e se lida com atenção, está 16 horas.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que é lamentável, porque estão no começo do ano letivo e para as crianças que estão a iniciar, nesta altura, a sua atividade escolar é comprometedora para o resto do ano e o Governo deve ter uma atenção muito especial sobre esta matéria, porque se há atividades que não se iniciam na data que está prevista, nomeadamente esta da Educação Física, é muito complicado, porque vai criar problemas às crianças ao longo do ano e por isso, repudia por esta falta de rigor naquilo que é necessário em relação à educação no país.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que estava para falar no período antes da ordem dia, porque faltava alguma informação relativamente a outras escolas do concelho, porque a Escola Secundária de Pinhal Novo é aquela que tem dados mais concretos, muito por força da atividade da própria escola e da forma como a diretora da escola tem chamado a atenção, como também a forma de como a comunidade escolar se tem movimentado nas denúncias destes problemas. Mas, efetivamente, a questão das 16 horas referida pelo Sr. Vereador José Calado, de facto, está na moção, mas o último período escolar naquela escola não termina às 16 horas, mas sim às 16 horas e 10 minutos, por isso estão a antecipar 10 minutos de uma aula, de uma qualquer matéria. Portanto, a partir das 16 horas termina aquele tempo escolar e as crianças saem. Refere que teve o relato de uma mãe, ontem, que o filho tinha Matemática, uma disciplina importante, aliás, como são todas, mas algumas pela natureza das apostas que se vão fazendo na educação em Portugal, tem outra preponderância no horário escolar e, portanto, votará favoravelmente esta moção, e acha que devem, não só chamar a atenção, como se solidarizar com a comunidade educativa neste caso, desta escola, em particular, que parece assumir uma maior gravidade. Refere ainda que esta situação não é de todo, inesperada porque, de facto, quando viram a anulação em junho do concurso, adiado para as calendas, tem um objetivo de conseguir-se por esta forma, os superávits nos orçamentos. Obviamente, que é necessário ter contas públicas equilibradas, reduzir o défice, mas também é necessário que o Estado continue a prestar os serviços aos cidadãos, pelo que enaltecer-se com a descida do défice e com os superávits à conta das crianças e da Educação que é fundamental, não só para a aprendizagem, como também para

aquilo que todos querem, que é usar a educação como o chamado elevador social, para que as pessoas tenham igualdade, para que os alunos tenham igualdades de oportunidades e a possibilidade de com aquilo que aprendem na escola, ter uma vida melhor e um maior sucesso, aqui, estão a colocar isto em causa. Portanto, até porque pouco falta para a tomada de posse do novo governo, espera que a CDU atue de outra forma e que deixe de ter uma atitude tão branda, para que possam evitar situações como estas. Aliás, os problemas nem são os orçamentos, mas com estes adiamentos, com estas cativações que se vão acumulando e que depois dão origem a estes problemas, não queria deixar de dizer isto e, naturalmente, reiterar que votará favoravelmente esta moção.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e refere que este tema é muito importante e aprecia sempre ouvir o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, quando só nos anos da troika o governo da altura cortou cerca de 800 milhões de euros na Educação, tendo sido um dos sectores mais prejudicados e agora está aqui a falar. Refere a Escola Secundária de Palmela chegou, nessa altura, a ter falta de 10 funcionários, não por motivos de baixa médica, mas por não abrir concursos e nem sequer colocaram um funcionário, por isso, espera que haja alguma coerência e não fazer da política demagogia, porque o pior que a política tem é demagogia barata em função dos interesses e dos momentos. Há efetivamente um problema, mas este problema resulta também, tal como aqui na autarquia, de muitas baixas médicas que não são capazes, enquanto dirigentes, de as programar. Aliás, se falarem da essência do problema, teriam de ir muito mais longe do que fazer moções fáceis com discursos fáceis e sobretudo, fazer contestações com discursos fáceis. Porque, o problema da falta destes funcionários na função pública está relacionado com a diminuição das verbas para a escola pública, que era o que estava no programa do PSD, a privatização e corporativização do ensino público. Por isso considera que deviam ter a coragem de dizer que a escola pública para o PSD não é um elevador social e que é apenas um elevador para elevar aqueles que já lá estão dentro, nunca foi uma escola inclusiva. Atualmente têm um modelo de escola inclusiva que está a ser construído por uma escola pública de qualidade, com os problemas todos que existe na escola pública e que irão sempre existir e com o grande trabalho dos professores, dos dirigentes, dos auxiliares de ação educativa e dos assistentes técnicos administrativos, por isso não vale a pena sinalizar uma situação pontual. Refere a Escola Secundária de Palmela tem dois assistentes administrativos a mais do que está previsto no quadro e tem os assistentes operacionais que precisa e, se falta alguns, por causa de baixas médicas, a gestão da escola existe exatamente para ir colmatando, pontualmente essas situações, aliás, tem aqui um comunicado da Diretora da Escola Secundária de Pinhal Novo a dizer que a escola amanhã, vai funcionar regularmente, porque já foi garantido o funcionamento. Recorda que já teve a oportunidade de ser diretor de uma escola e chegou a ter 10 funcionários a menos e com o esforço de todos, conseguiram manter a escola a funcionar, ninguém colocava em causa o profissionalismo daqueles funcionários, o profissionalismo de quem trabalha na escola pública, porque por vezes, por detrás destas manifestações está a ser posto em causa o profissionalismo daqueles que lá

trabalham. Portanto, independentemente de quem governa, na verdade dos factos e na defesa daqueles que na escola pública diariamente trabalham e a defendem não há razão nenhuma para que alunos com necessidades educativas especiais não tenham o apoio de um funcionário. O PS defende há muito um elemento estrutural importante, porque o Governo de Passos Coelho destruiu a orgânica do Ministério de Educação e o Governo do PS ainda não teve coragem de reformular a orgânica do ministério. É preciso tornar a orgânica do Ministério de Educação mais próxima das realidades, regressar ao sistema das direções regionais e aos sistemas dos centros de apoio educativo e, com isto, criar bolsas de funcionários que possam resolver estas situações que cada vez são mais generalizadas, aliás, também aqui na autarquia existem situações semelhantes, em por causa de baixas médicas que não se conseguem prever, existem falhas nos serviços, mas não por falta de organização. Portanto, existe um problema na estrutura mecânica que se deve aproximar das realidades reativando as direções regionais e os centros de área educativa. Como também é necessário considerar o envelhecimento dos funcionários que resultam em situações que a organização não consegue resolver.

Portanto, o problema da Escola Secundária de Pinhal Novo está resolvido a partir de amanhã, também porque a tutela foi chamada a atenção e conseguiram resolver as situações. Considera que todos preferiam que todas as escolas estivessem, de facto, mais funcionais, mas o rácio não pode ser em função de um rácio universal, mas sim em função das características da própria comunidade. Refere que é professor há 40 anos e defende que os rácios deviam ser em função do edificado de cada localidade, porque existem vários modelos de escolas e, nessa perspetiva acha que parte desta moção está ultrapassada pelos acontecimentos e felizmente, em nome das crianças, das famílias e da comunidade educativa, sempre que houver problemas, o PS será o primeiro, tal como todos aqui, a defender as comunidades educativas. Portanto, existem problemas estruturais e são esses que devem ser discutidos e abordados, nomeadamente na orgânica do ministério, com rácios locais de acordo com a estrutura do edifício e com as características da comunidade escolar.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que ouviu com atenção a intervenção do Sr. Vereador Raul Cristovão, mas questiona porque é que se sente tão mal com esta moção, porque afinal, esta moção retrata uma realidade que aconteceu. Questiona se a escola não deveria estar a funcionar a 100% no início das aulas, aliás, quando o Sr. Vereador Raul Cristovão também em situações que não correram bem, não reclama? Enfim, refere que quando foi eleito e quando se candidatou à Câmara Municipal de Palmela, foi para defender os interesses dos munícipes do concelho e não para andar em lutas entre governos atuais e governos anteriores. Refere que aquilo que o preocupa é a Escola Secundária de Pinhal Novo, porque foi onde existiu um problema. Naturalmente que o Sr. Vereador Raul Cristovão dá uma explicação próxima do Governo, porque pertence à área do Governo, mas isto é uma realidade que aconteceu e o não tem de se sentir mal por esta moção, aliás poderá votá-la favoravelmente ou contra, ouvir a opinião do MIM, do PSD ou da CDU, mas a realidade é que não está distorcida aqui e, foi mesmo uma realidade. Refere ainda que tem um neto que frequenta a Escola Secundária de

Pinhal Novo e desde o princípio das aulas, as falhas são constantes e, por isso, esta moção retrata uma realidade, que têm de aceitar. Portanto, a explicação que o Sr. Vereador Raul Cristovão tentou dar, não convenceu e mais, noutras alturas até teve reações diferentes em relação aos comportamentos do Governo e esta é também a altura de defender os munícipes do concelho e palmela.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que queria ser educado, responsável e calmo para responder ao Sr. Vereador José Calado, porque às vezes quando falam, deveriam falar mais com o cérebro e menos com o coração. Se pensar apenas no problema de um neto ou de um filho, poderia falar de muitas situações, mas se falar sobre um assunto que realmente conhece, não só por formação profissional e por experiência, algo que o Sr. Vereador José Calado não pode aqui desmentir, porque também não falou para o convencer, aliás, não está na política para convencer os que não querem ser convencidos, mas sim para defender aquilo que acredita e está em Palmela, para defender Palmela e provavelmente, o Sr. Vereador José Calado chegou muito tarde à política e chegou mal preparado.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que não admite aqui a mania da superioridade intelectual.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que aqui ninguém tem a mania da superioridade intelectual, mas o Sr. Vereador José Calado deveria melhorar os temas quando vem para as reuniões de Câmara.

O **Sr. Presidente** refere que com o pressuposto de algumas notícias, umas que acabam de aparecer no Facebook que a questão está resolvida dentro de 15 dias e outra que está resolvido no dia de amanhã, não corresponde à verdade, porque o assunto nunca esteve resolvido desde o início do ano letivo e a Escola Secundária de Pinhal Novo tem estado a funcionar mal, até um ponto de rutura, que aconteceu nestes últimos dias e não é com a contratação de tarefeiros para 2 ou 3 blocos que se resolve o problema do funcionamento regular, porque vai haver atividades prejudicadas.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e refere que esta matéria é tão importante que requer uma discussão que não seja aquela entre a escola pública e a escola privada, porque não é isso que esta moção reflete, aliás, sabem qual é a posição da CDU em relação à escola pública. Contudo, requer um consenso em relação a um problema sério, que pela decorrência deste problema, teve a oportunidade de falar com todos os diretores de escolas secundárias do concelho de Palmela e com os diretores dos agrupamentos de escolas para saber que este assunto é mais vasto, tem um lastro antigo e até já foi denunciado pelo Presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas que, em março referiu que não fazia falta 1000 auxiliares de ação educativa, mas que estão em falta cerca de 3400, porque 10% do pessoal não docente, quer sejam assistentes técnicos, quer sejam assistentes operacionais estão de baixa médica e é uma realidade que têm de se confrontar. Esses 10% contam para o rácio das escolas, sobre realidades que nunca foram ultrapassadas, os professores ao fim de 30 dias de atestado são substituídos, mas para os

assistentes técnicos e assistentes operacionais, o mecanismo não é igual. Depois dá um saldo que resulta num paradoxo, em junho saiu uma Portaria do Ministério das Finanças que tem uma tutela ditatorial sobre o resto dos outros ministérios que anula, não com efeitos para o futuro, mas com efeitos retroativos, naquilo que eram os concursos que estavam em curso nas diversas escolas. Portanto, o que se passa não é um problema entre a escola pública e a privada, mas o facto do ministério não saber ouvir as escolas, ouvir os docentes, nomeadamente dos seus diretores que são os porta-vozes daquilo que são os problemas concretos.

Em relação à intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, esclarece que ainda assim, a Escola Secundária de Palmela é a que ainda está em melhores condições, ou seja não tem um encerramento eminente de sectores e nesta questão, o Sr. Vereador Raul Cristovão tem razão. O que está em causa são lugares que estavam ocupados com vínculos precários e isso não resolve o problema em relação aos 3400 funcionários necessários que também não era possível colocar de uma assentada, mas sim, de uma forma séria, aumentar gradualmente o número de auxiliares de ação educativa para evitar a reclamação dos pais, da comunidade educativa e também para resolver os problemas que já são antigos. Portanto, no Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos estão 6 assistentes operacionais de baixa médica, com duas aposentações desde há dois anos sem substituição, também uma aposentação de um assistente técnico sem ser substituído, devendo haver 8 nos serviços administrativos e estão apenas 6, que limita alguns serviços, nomeadamente o da biblioteca que tem de ser encerrado nalguns dias da semana, para poderem fazer o restante trabalho e muitas vezes, são os professores a garantir a abertura deste serviço aos alunos, porque não existem assistentes operacionais, aliás, no Agrupamento de Escolas José Saramago não têm assistentes operacionais. Mais grave ainda, é a situação dos alunos com necessidades de saúde especiais, cujo novo diploma, o Decreto-lei 54/2018 tem como paradigma não isolar a criança que tem necessidades especiais, o que significa que em qualquer escola poderá haver crianças com estas características, com uma planificação centrada na sua pessoa, personalizada, o acompanhamento pessoal, portanto é algo que não existe, quer no Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, quer o Agrupamento de Escolas Hermenegildo Capelo, apresentaram ao Ministério da Educação, em junho, quais eras as necessidades para o início do ano letivo e a DGEstE apenas respondeu que estavam a tratar com a DGAI a questão da contratualização de pessoas, ou seja, estão mais uma vez à espera e depois, poderá haver uma bolsa que poderá suprir aqueles que estão de baixa dentro de um mês, contudo, isto é uma resposta que não resolve e não está a resolver o problema. Os pais desesperados viram-se para a autarquia, mas a autarquia não pode substituir o Ministério da Educação que fez um diploma lindíssimo, mas depois não cria os mecanismos para a aplicação do mesmo, ficando a situação ainda pior do que estava. Na prática, as crianças que estão nas escolas Alberto Valente, na Salgueiro Maia e em Aires que ainda estão agrupados, infelizmente, vão estar em piores condições do que estavam quando foi a abertura do ano letivo, ainda esperou que a situação poderia melhorar ou

pelo menos ficar parecida com a do ano letivo anterior, afinal piorou. Portanto, aqui na moção, estão a reivindicar ao Ministério da Educação a célere afetação de pessoal não docente, para suprir as necessidades das escolas, não só da Escola Secundária de Pinhal Novo, como dos Agrupamentos de Escolas do Concelho. Dá como exemplo a escola José Saramago que tem um funcionário para os dois pisos e se não está ninguém na portaria. Portanto, não está a teorizar, está a falar de situações concretas e ainda assim, não está a contar tudo, mas de facto, a situação é complicada e a situação da Escola Secundária de Pinhal Novo é, na realidade, muito complicada. Acrescenta que a moção foi feita com base nos dados fornecidos junto das escolas da Direção Nacional dos Diretores de Escola e sobre os rácios, o próprio ministério admite que são irrealistas, não têm em conta critérios como a volumetria dos edifícios, a dimensão das escolas, a necessidade de acompanhamento permanente de alunos com dificuldades. Portanto, felizmente, a escola não vai encerrar, mas isso significa que implica um enorme sacrifício de todo o pessoal docente daquela escola e de todo o pessoal não docente que está ao serviço. Infelizmente, o assunto não vai ficar resolvido amanhã, mas ainda tem esperança, que pelo menos daqui a um mês esteja resolvido, não só na Escola Secundária de Pinhal Novo, como nos restantes Agrupamentos Escolares do Concelho.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que sabe que para o Sr. Vereador Adilo Costa, a escola também é um problema e acrescenta que ao fim dos anos que tem trabalhado como professor, este ano, tem um aluno com necessidades de saúde especial com o qual trabalha em turma, que é um grande benefício para a integração e inclusão daquele aluno, naquele grupo de estudantes e na compreensão que os outros têm para os problemas que outros têm, que demonstra que podem trabalhar entre iguais, sendo diferentes e, portanto, é um desafio que o Decreto-lei 54/2018 veio colocar e expor todos de uma forma muito direta e muito objetiva. O Sr. Vereador Adilo Costa acabou por dar razão, porque quando os Diretores de Escola falam da volumetria do edifício, naturalmente que os rácios, da forma como estão definidos não têm em conta a escola em si, por cada uma tem um edificado e uma realidade diferente. Portanto, também é verdade que foi o Ministério das Finanças que acabou com aquele concurso para a colocação de mil assistentes operacionais, com efeitos retroativos e também lamenta, mas seria bom ir ao encontro daquilo que o Sr. Vereador José Calado referiu, quando se aludiu às questões locais e que fosse referido quais eram as necessidades para as escolas do concelho. Portanto quando se dirigiu ao Sr. Vereador José Calado, pede desculpa, pois não tinha intenção de ferir susceptibilidades, mas quando fala da educação, fala com algum fervor, de quem trabalha há 40 anos na educação e não sentir estas condições e estas situações. Contudo, há uma questão que tem de abordar, ou seja, considera fundamentais 3 aspetos para o PS e que aqui no concelho poderia resolver parte do problema, ou seja, uma nova orgânica no Ministério da Educação com maior proximidade à comunidade educativa, depois a necessidade de criar uma bolsa e é necessário que as pessoas sintam que os problemas possam ser resolvidos com rapidez numa área que é muito sensível, porque todos atravessam problemas estruturais que são transversais a muitas outras questões, aliás a autarquia também tem problemas com

assistentes operacionais e com o recrutamento, portanto, todos atravessam problemas que muitas vezes são de uma forma transversal e não quer dizer que não estejam preocupados com as pessoas e com os problemas das pessoas, mas têm formas de olhar para o problema de forma diferente.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** agradece os esclarecimentos do Sr. Vereador Adilo Costa deu, que são importantes, até porque pelas competências que tem na autarquia que melhor acompanha a situação e é uma situação grave, porque se não fosse grave, nem teria sido necessário ler a moção, porque quando ouviu o Sr. Vereador Raul Cristovão referir-se a Pedro Passos Coelho percebeu que isto está mal, porque só quando se refere a um governo que governou de 2011 a 2015, apesar das críticas que referiu, mesmo assim, ganhou as eleições de 2015 a 2019 já não é o mesmo Governo que está e para se referir a um problema atual desculpabilizando-se com um governo que terminou o seu mandato em 2015. Portanto, é muito fácil apregoar a paixão pela educação, porque o Sr. Vereador Raul Cristovão faz lembrar “aqueles maridos que chegam a casa, que dizem às mulheres que as amam, mas a seguir estão a enviar mensagens às amantes”, porque fala da sua paixão pela educação, da paixão do PS pela Educação, mas, como disse o Sr. Adilo Costa, a situação está pior e essa é a questão, por isso quando fala de situações anteriores a 2015, esquece que teve 4 anos para resolver os problemas e não resolveu e fala com fervor da escola pública e daqui a 4 anos, as coisas vão piorar e o PS vai continuar a dizer que a culpa foi de quem já cá não está. Portanto, pede para o Sr. Raul Cristovão resolver o problema com as suas paixões porque tem até a vantagem de ter o Secretário de Estado da Educação que foi mandatário do PS no distrito de Setúbal e tem uma forma célere de exercitar a sua paixão chamando-o à atenção para os problemas que existem, dizendo o que está mal e onde pode ajudar a resolver. Refere que não sabe onde este Secretário de Estado da Educação tem os filhos a estudar, mas, se calhar também sentirá as angústias que sentem os avós, os pais das escolas do concelho de Palmela e particularmente do Pinhal Novo. Quando o PS vem aqui falar de modelos, questiona porque é que não resolveram os problemas, o que faltou para resolver e depois referir que precisam de mais tempo, aliás, questiona, quanto mais tempo é que o PS precisa? Portanto, para demonstrar a paixão e a vontade em resolver, quanto mais tempo é que o PS precisa para resolver este problema.

O Sr. Vereador Pedro Taleço intervém, mas não liga o microfone e como estão a falar em simultâneo, não é perceptível para transcrever em ata.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que também nesse aspeto o Sr. Vereador Pedro Taleço pode dar uma ajuda e, portanto, pede ao PS que demonstre na prática que quer resolver o problema e não continue a “dar desculpas de mau pagador”, porque é o PS que está no governo, é ao PS que compete resolver isto e não é fazendo concursos quando há uma pressão e depois quando a pressão desaparece anulam os concursos, tem sido essa é a política do PS e é isso que tem levado a que a situação esteja como está e, infelizmente e não compete aos outros resolver, mas sim ao PS.

O **Sr. Presidente** refere que em defesa da posição de coerência da CDU, a CDU tem apresentado moções desta natureza num tom sério, sem fantasias, sem populismos e baseadas em problemas reais do concelho. Não é a primeira vez que apresenta uma moção desta natureza, seja o Governo do Partido Socialista como aconteceu no último mandato, seja no Governo do PSD e, portanto, sobre esta matéria estão perfeitamente confortáveis e irão continuar a apresentar, sempre que reconhecerem que no território de Palmela existem problemas que afetam a população, com posições em coerência. Depois, relativamente à questão mencionada sobre a derivação para o local, é um facto que hoje a contratação pública é demorada, até para aqueles que teimam em não considerar a necessidade do aumento do salário mínimo, não é fácil recrutar e, sobretudo, recrutar pessoal com o perfil adequado, por determinados valores e também há aqueles que preferem recrutar desempregados em tempo parcial, com contratos de emprego de inserção, como tarefeiros. Também é um facto que existem baixas médicas em todo o lado e que não se resolve de um dia para o outro, porém, também é um facto que a 6 meses das eleições foi anunciado um concurso a nível nacional que iria resolver este problema e de acordo com um artigo que leu, referia-se que, ficaria tudo colocado, independentemente das discussões com as autarquias para o futuro quanto ao número de auxiliares em falta em cada escola a propósito da discussão da descentralização de competências na área da educação. Posteriormente, o Sr. Ministro das Finanças travou este concurso em junho, situação que passou despercebida, quer na comunicação social, quer pela população em geral. Refere que também há quem, em coerência, vem referindo a necessidade de haver um outro olhar sobre esta matéria e até regozija-se com o facto de amanhã a escola poder funcionar, sem impedir alunos de, a partir de uma determinada hora, deixarem de ter as suas atividades letivas programadas, pois neste momento estão a decorrer avaliações com reuniões intermédias com os diretores de turma, portanto, é importante que a escola funcione com normalidade.

Contudo, alerta para o facto de o assunto não estar resolvido, porque não se resolve contratando temporariamente meia dúzia de pessoas para fazer limpezas nos blocos, porque os assistentes operacionais auxiliares de ação educativa têm uma outra missão, muito mais completa e integral do que apenas fazer a limpeza. Pois tem a certeza que vai continuar a haver atividades que vão ser menosprezadas, em particular naquela escola, porque também conhece a gestão. Portanto, entende que esta moção tem toda a pertinência, aquilo que aqui reivindicam é que sejam contratadas pessoas e sobre a questão da descentralização de competências, aproveita para dar conhecimento que esteve no Conselho Nacional da Associação Nacional de Municípios, na sexta-feira, onde foram apresentadas queixas de Presidentes de alguns municípios que assumiram as competências na área da educação e que incidiram sobre a problemática dos números não corresponderem, que há mais falta de auxiliares do que aquilo que havia sido comunicado, aliás, no Algarve, a Comissão de Acompanhamento não reuniu uma única vez, a necessidade de haver regulação e arbitragem, a ausência de resposta por parte dos Ministérios e das Direções Regionais, não forneceram dados

nem clarificaram valores, litígios com os diretores das escolas relativamente à avaliação do pessoal e à mobilização do pessoal, a existência de mapas que não espelham as atualizações salariais, falta de pessoal, concursos demorados, enfim, um rol de queixas que ouviu dos colegas presidentes de Câmara. Por isso, recorda a posição da CDU quando defendeu que em 2021 enfrentariam esta questão e estão a preparar-se para que, em 2021, possam evitar situações como estas que estão a acontecer. Quem se precipitou, está agora com estes problemas e, neste momento, não é o Ministério da Educação que tem este problema, são os municípios que foram enganadas nos números que lhes foram transmitidos, quando diziam ser necessário 12 assistentes operacionais, afinal eram necessários 20 e as escolas, nesses municípios, começaram com problemas muito graves desta natureza. Portanto, acredita que é necessário coerência e apela ao PS que, se não quiser votar favoravelmente, pelo menos, que se abstenha, porque está em causa uma questão do concelho e não o plano nacional, como também não está aqui em causa comparações com outros governos, porque em todos os governos houve problemas desta natureza, e o que está em causa aqui, é chamar à atenção para esta realidade, porque não é com a notícia que amanhã, transitoriamente, o assunto estará resolvido, que o problema se resolve. Os concursos foram suspensos e este problema só tem resolução com um plano de contratação que permita chegar ao início do ano letivo que possibilite ter os assistentes operacionais, como o município fez, que começou no dia 1 de setembro com assistentes operacionais, com um concurso que tem uma lista graduada, que permite subir, em caso de necessidade. Portanto, era isto que deveria ter sido feito e que o Governo, por algum motivo, trocou as voltas aos senhores diretores/as das escolas, agrupamentos e aos municípios, por isso propõe que votem em consciência, porque esta moção não visa criticar, este ou aquele Governo, mas sim, chamar à atenção para um problema que existe no concelho de Palmela e que tem de ter uma perspetiva de resolução séria e concreta.

Submetida a moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Após a votação da moção (Pela contratação de pessoal não docente para a Escola Secundária de Pinhal Novo e outras escolas do Concelho), o Sr. Vereador Raul Cristovão solicita o uso da palavra para mencionar o seguinte:

. Refere que os considerandos mantêm-se, a razão de voto do PS remete-se para um problema, tal como o Sr. Presidente referiu e o PS acompanha, porque enquanto professor e diretor de escola, nunca fez contratações tal como o Sr. Presidente também não as faz e foi, muitas vezes incitado a fazê-las, mas nunca as fez, porque nunca concordou com tal, até porque considera que as necessidades reais têm de ser suprimidas com contratações reais e por isso o PS considera que este tipo de problemas tem de ser resolvido de uma vez por todas e votaram a favor em benefício da comunidade escolar e da Escola Secundária de Pinhal Novo.

O **Sr. Presidente** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Dia Municipal para a Igualdade).

(Nesta saudação onde se lia "(...) *Conselho Local de Educação (...)*" passa a ler-se "(...) *Conselho Municipal de Educação (...)*.)

"Assinala-se, a 24 de outubro, o Dia Municipal para a Igualdade, visando sensibilizar os municípios para a apropriação da dimensão da igualdade de género. Esta efeméride teve como enquadramento o IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação 2011-2013, no âmbito de uma medida que procura, anualmente, assinalar esta data, alertando para as desigualdades ainda existentes entre homens e mulheres, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Este plano nacional e os seus subseqüentes compreendem, globalmente, a necessidade de uma abordagem mais estratégica e ampla, assente no compromisso coletivo de todos os setores na definição de medidas a adotar e de ações a implementar, razão pela qual é elaborada a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual» (aprovada pelo XXI Governo Constitucional a 8 de março de 2018, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio).

A Câmara Municipal de Palmela, ao reconhecer a Igualdade e a Não Discriminação como condições essenciais para a construção de um futuro plenamente participado por homens e mulheres, em todos os níveis e aspetos da sociedade, igual e democrático, tem procurado, nos últimos anos, mobilizar meios para a implementação de medidas que contribuam para uma maior igualdade, desconstruindo os estereótipos na base da discriminação em razão do sexo.

Neste percurso recente, destaca-se a adesão formal, em 2014, à Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e Homens na Vida Local, redigida pelo Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, com o apoio da Comissão Europeia, no quadro do 5.º Programa de Ação Comunitária para a Igualdade. Esta Carta constitui-se como um manifesto dos governos locais e regionais na afirmação de um compromisso público para a promoção da igualdade de género, enquanto valor capital para a Democracia e a Sustentabilidade.

São exemplos da aplicação prática dos princípios desta Carta a adoção integrada e generalizada da linguagem inclusiva em matéria de informação e comunicação interna e externa, o tratamento de dados segundo a perspetiva de género nos documentos e instrumentos de apoio à gestão (Balanço Social, Relatório de Atividades), o autodiagnóstico nos domínios da igualdade, a realização de ações de formação e de sensibilização internas e externas e a realização de encontros e seminários a propósito das comemorações do *Dia Internacional da Mulher*. São de destacar, ainda, as campanhas de prevenção e combate à violência doméstica, bem como a celebração, em 2015, de um Protocolo de Cooperação com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, entidade de referência nacional nestas matérias.

Os próximos passos desafiam o Município a aprofundar o compromisso e a intervenção no terreno, traduzida, sobretudo, na implementação do Plano Municipal para a Igualdade de Género (mediante a assessoria especializada da Associação Questão de Igualdade) e do Projeto Educativo Local (Eixo 2 – Igualdade, Diversidade Humana e Prosperidade) e da aplicação a nível local da Agenda 2030, indo ao encontro do que se encontra preconizado nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, concretamente o ODS 5, que procura «*Alcançar a Igualdade de Género e empoderar todas as mulheres e raparigas*».

A este propósito, registre-se o resultado encorajador do estudo realizado pela Universidade Católica Portuguesa e a Rede CESOP-Local - Índice de Sustentabilidade Municipal 2018, para o ODS 5 – Igualdade de género: «*Palmela apresenta globalmente bons resultados relacionados com a igualdade de género, com menor violência contra as mulheres, e uma maior representação nos cargos de chefia, em relação à média do país*».

Pela sua relação de proximidade com as populações e agentes locais, a Administração Local desempenha um papel essencial na remoção das barreiras (in)visíveis, na erradicação de estereótipos e no desenvolvimento de uma cultura inclusiva e integradora. Para tal, é necessário que se desenvolva e densifique uma forma de fazer política que integre a perspetiva da igualdade de género em todas as áreas e domínios da intervenção política, económica e social ao nível local – o designado *mainstreaming* de género - potenciando a igualdade de oportunidades para todas e para todos.

A igualdade e a inclusão devem, pois, estar presentes em todos os aspetos da vida das organizações e das comunidades, das políticas e objetivos estratégicos às atividades e eventos, da comunicação e da informação às rotinas diárias, para uma apropriação consistente, natural e plena.

Pelo exposto, a Câmara Municipal de Palmela, reunida a 16 de outubro de 2019, **saúda** o Dia Municipal pela Igualdade e as mulheres, homens e instituições que têm desbravado caminho para que a Igualdade seja, cada vez mais, uma realidade, não esquecendo o muito que está, ainda, por fazer em diversos setores da sociedade e que merece a nossa maior atenção, nomeadamente:

- a apropriação da dimensão do género por todas as organizações da sociedade civil, setor privado e setor público, mobilizando todas/os as/os agentes num esforço coletivo para uma igualdade substantiva e transformadora;
- o combate a todos os estereótipos de género que estão na origem das discriminações em razão do sexo, por vezes veiculados na esfera pública, e que importa desconstruir e eliminar;
- a nossa ação, enquanto educadoras e educadores, nos diferentes papéis, intervenientes ativos na promoção da igualdade entre homens e mulheres e na eliminação de estereótipos.

A presente saudação será partilhada com:

- Assembleia da República
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
- Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Associação de Municípios da Região de Setúbal
- Assembleia Municipal de Palmela
- Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela
- Associações de Empresas e empresas do município
- Conselho Local de Ação Social
- Conselho Municipal de Educação
- Comunicação Social.”

Sobre a saudação (Dia Municipal para a Igualdade) intervêm:

O **Sr. Vereador José Calado** enaltece esta saudação da Câmara Municipal de Palmela, é oportuna e refere que a evolução é positiva, portanto, congratula-se pelo facto do concelho de Palmela estar no ranking desta área. Acrescenta que, ao longo da vida, pessoalmente tem melhorado neste tipo de igualdade, porque, naturalmente, há 40 anos, o comportamento que tinha em relação a esta matéria era um pouco diferente e, ao longo da vida, tem evoluído muito e considera que o caminho a seguir é este. Considera ainda, que estas saudações são oportunas para alertar a população da igualdade de género.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta os presentes e refere que o PS congratula-se com esta saudação do Dia Municipal para Igualdade e também por tudo aquilo que tem sido feito a nível nacional, principalmente pela estratégia nacional para a igualdade e não discriminação, que foi implementada por este Governo e que tem tido resultados muito bons a nível nacional. Dá como exemplo a nova constituição do atual governo, com 8 ministras, num total de 19, com um recorde em termos de igualdade de género e que é uma grande conquista para o país. Por isso, esta estratégia nacional está a dar frutos, é muito importante, mas a nível autárquico, gostariam também de ver aqui e de ter aqui em cima da mesa para aprovar, algo que já há muito tempo também se têm vindo a debater e que aparece nesta saudação ainda como um projeto, que é o plano municipal para a igualdade. Aliás, já no último mandato falaram sobre esta questão e considera que se deve começar “do micro para o macro”, porque não podem descurar que os municípios possuem a maior quota de responsabilidade nas questões sociais, culturais, educacionais e económicas da vida local e, por isso, o município deve ser o verdadeiro motor de mudança nestas matérias, pelo que, este ano seria decerto uma mais-valia para todos e para o combate às desigualdades.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** também saúda a saudação, que considera oportuna e adequada, pois esta questão da igualdade entre homens e mulheres, é uma luta de todos os dias e é uma luta que se faz não só por decreto e pelas normas que vão saindo, mas também

pela atividade do dia-a-dia e pela importância que cada um deve dar a uma efetiva igualdade entre homens e mulheres, com oportunidades iguais para ambos os sexos e, portanto, saúda a oportunidade da apresentação deste documento que, naturalmente votará favoravelmente.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** em relação à intervenção da Sra. Vereadora Mara Rebelo refere que, de facto, o posicionamento do país ficou melhor no ranking e recorda que há 3 planos nacionais de ação, o Plano Nacional de Ação para a igualdade entre mulheres e homens com 80 medidas, o Plano Nacional de Ação para a prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica com 42 medidas e o Plano Nacional de Ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e características sexuais com 25 medidas, portanto, também a nível municipal têm a obrigação de trabalhar em rede, de intervir. Aproveita para chamar a atenção para as 11 unidades de acompanhamento a vítimas de violência doméstica que estão a ser criadas Norte a Sul do país, mais a norte que a sul, aliás aqui na região chegaram ao Barreiro, Montijo, Moita e ainda está em discussão a unidade de acompanhamento que inclui 3 municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal, tendo a Secretaria de Estado para a Igualdade travou, muito antes das eleições, a possibilidade de poderem avançar, o que dá a ideia que o Sr. Secretário de Estado não tinha um conhecimento específico do dossiê desta região e por isso é importantíssimo alertar que irá ser no Monte Francisquinho, em Pinhal Novo, um dos polos dinamizadores desta unidade de acompanhamento para famílias vítimas de violência doméstica e que se trata de um compromisso que tem de ser concreto, porque só dessa forma será possível trabalhar nesta área a nível local.

O **Sr. Presidente** refere que relativamente ao Plano Municipal para a Igualdade de Género, está em elaboração por uma equipa externa que fornece assessoria e trabalha na investigação e na caracterização deste tipo de práticas, está também programada uma sessão de trabalho para esta semana, no dia 18 e em breve, irão ter um Plano. Portanto, apesar de Palmela não ter o Plano no site da internet, tem no entanto a vantagem, ao contrário de outros que têm um plano, mas não tem as práticas, têm práticas e de serem práticos reflexivos, ou seja, as linhas mestras deste Plano estão delineadas e escritas, porém entendem ir muito mais além porque é sempre mais difícil e, por vezes, não depende exclusivamente do município, pois é um trabalho em conjunto com as associações, as coletividades, as empresas, onde nem sempre as questões do género são bem acolhidas e reconhecidas. Considera que, até final do ano, inícios de janeiro, este trabalho esteja concluído e, naturalmente irá ser partilhado antes de ser aprovado formalmente, porque querem que seja participado por outras entidades, que não seja apenas um plano conceptualmente escrito por alguém.

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.
Aprovado em minuta.**

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Great Taste Awards 2019 – Doce da Bina).

“Os Ésses de Azeitão e a Compota de Pera e Moscatel da empresa “Doce da Bina”, de Silvina Moreira, foram distinguidos com 3 Estrelas, a classificação mais alta e mais cobiçada do concurso internacional de alimentação e vinhos Great Taste Awards 2019, que decorreu em terras britânicas, na presença de mais de 500 jurados internacionais.

Os selos conquistados no Great Taste Awards, considerado o “Óscar” no mundo da gastronomia, garante ao consumidor final estar perante um produto de excelência, pela diferenciação na qualidade e excelente sabor.

Reunida na Biblioteca Municipal de Palmela a 16 de outubro, a Câmara Municipal de Palmela **felicita** a empresa “Doce da Bina” pela conquista destes galardões e distinção da sua marca a nível internacional, valorizando os produtos da região.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Alice Nogueira).

“Alice Nogueira, residente no Concelho de Palmela, sagrou-se Campeã Nacional de Dressage, no escalão Infantil, no Campeonato de Portugal de Dressage, organizado pela Federação Equestre Portuguesa, que se realizou entre os dias 3 e 6 de outubro de 2019, na Sociedade Hípica Portuguesa, em Lisboa.

Reunida em Palmela, a 16 de outubro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Alice Nogueira pelo título de Campeã Nacional de Dressage, Escalão Infantil, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

Sobre a saudação (Alice Nogueira) intervém:

O **Sr. Vereador José Calado** dá os parabéns publicamente à Alice Nogueira porque é um apaixonado por cavalos e tem tido desde há muitos anos cavalos, tendo desenvolvido em Palmela durante muitos anos atividades ligadas aos cavalos como presidente da associação Hípica, promovendo concursos e demonstrações da alta escola na Festa das Vindimas e em Pinhal Novo, por isso, congratula-se com o facto de terem no concelho, uma jovem sagrar-se campeã de Dressage, que o deixa muito orgulhoso.

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Clube Desportivo Pinhalnovense e Palmelense Futebol Clube).

(Quando das informações que irão ser prestadas pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha no Período Antes da Ordem do Dia desta reunião, por sugestão do Sr. Presidente e aceite por todos/as os/as Eleitos/as, a informação relativa ao Clube Desportivo Pinhalnovense e ao Palmelense Futebol Clube foi convertida em saudação, e que ora se regista).

“O Clube Desportivo Pinhalnovense e o Palmelense Futebol Clube foram reconhecidos pela Federação Portuguesa de Futebol como entidades formadoras de 3 estrelas, no processo relativo à época desportiva 2018/2019. Foram 56 as entidades filiadas na AF Setúbal que avançaram com o Processo de Certificação de Entidades Formadora, tendo 12 sido certificadas como entidades formadoras, sendo hierarquizadas numa escala que vai desde Centro Básico de Formação até Entidade Formadora de 5 estrelas. A nível nacional foram reconhecidos 90 entidades e 80 escolas de futebol.

Para além da qualificação da formação dos praticantes e organização desportiva dos clubes, este processo é condição para que dentro de duas épocas desportivas os clubes possam participar nos campeonatos nacionais, bem como para permitir que qualquer Entidade Formadora Certificada pela FPF, garanta um reforço das verbas relacionadas com o mecanismo de compensação, em comparação com os clubes não certificados.

Reunida na Biblioteca Municipal de Palmela a 16 de outubro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o Clube Desportivo Pinhalnovense e o Palmelense Futebol Clube, pelo reconhecimento efetuado pela Federação Portuguesa de Futebol.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

● **Empreitada de “Arranjo de espaços exteriores em Fernando Pó”** – O **Sr. Presidente** informa que teve início a obra de arranjo de espaços exteriores em Fernando Pó, uma empreitada que foi adjudicada pelo valor de 149.000€ com um prazo de execução de 90 dias. A obra visa requalificar a zona envolvente ao apeadeiro e à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó, criando espaços de estadia e lazer, disciplinando e melhorando o estacionamento e a circulação pedonal. Há ainda intervenção no mobiliário urbano e acessos ao apeadeiro, de forma a garantir a acessibilidade a todas as pessoas e a harmonia do conjunto. Esta intervenção junta-se à obra de requalificação da sede da Associação e está integrada no projeto mais vasto do Centro Rural Vinum e visa criar melhores condições de usufruto daquela zona vinhateira.

• **Novas beneficiações no âmbito da rede viária** - O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que em relação à rede viária, também hoje, foi adjudicada, por cerca de 277.000€ a obra de pavimentação da Rua 25 de Abril, Rua 1º Maio e Rua Luís de Camões, no Bairro do Pinheiro Grande, em Pinhal Novo. A obra inclui a construção de rede de esgotos domésticos para futura ligação e intervenção na rede de drenagem pluvial com um prazo de execução de 120 dias. Informa também que o município adjudicou três novos projetos de execução da rede viária do concelho que vão contribuir para a melhoria da circulação, com mais segurança e conforto. Um dos projetos adjudicados, por cerca de 3.200€, é o projeto para a Rua do Lagar e Florbela Espanca, na Volta da Pedra, uma obra que, para além de melhorar a circulação, visa ainda contribuir para a requalificação da imagem urbana naquela zona. Os outros dois projetos são os de pavimentação da Rua dos Ferroviários e do Aceiro Fonte da Prata, adjudicados, respetivamente, por cerca de 2.800€ e por cerca de 4.200€. Em ambos os casos, para além da pavimentação, a obra visa resolver problemas de drenagem pluvial, melhorando o funcionamento hidráulico.

• **Receção à comunidade educativa** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que para assinalar o novo ano letivo, dar as boas vindas a toda a Comunidade Educativa, bem como homenagear os docentes e não docentes, aposentados no ano letivo anterior, a Câmara Municipal promove, amanhã, dia 17 de outubro, um momento de convívio, integrado na Receção à Comunidade Educativa 2019/2020. Este evento terá lugar na EB Alberto Valente, em Pinhal Novo, pelas 18h00, e contará com exposições de trabalhos de alunos, animações e jantar volante. De entre as atividades programadas na RCE destaca o encontro sobre promoção e animação da leitura “De mãos dadas com o sonho e a leitura”, no dia 14 de novembro, no Auditório Municipal Pinhal Novo e as Comemorações do Dia Internacional da Cidade Educadora “Escutar a Cidade para a Transformar”, no dia 29 novembro, no Mercado Municipal de Pinhal Novo.

• **Apoio do Município de Palmela na 13th International Data Food Conference, em Lisboa** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que esta importante iniciativa irá decorrer em Lisboa, entre os dias 14 e 18 de outubro. É um evento que se realiza de dois em dois anos em Lisboa e visa abordar e refletir sobre as questões da alimentação, contando com a participação de cerca de 250 profissionais de todo o mundo. O tema deste ano é “Desafios para bancos de dados alimentares na era da bioinformática”. Tem como objetivo trocar experiências entre especialistas de todo o mundo sobre temas como a geração e compilação de dados de composição de alimentos e suas aplicações em diferentes áreas como nutrição, saúde, biodiversidade, tecnologia de alimentos, biotecnologia, políticas alimentares, educação em

nutrição alimentar e programas e políticas agrícolas. Nesta 13ª edição do IFDC espera-se mais uma vez, realizar um trabalho conjunto que vise melhorar o uso e a disponibilidade de dados de composição de alimentos a partir de uma abordagem multidisciplinar e acolher profissionais de nutrição, economia e agricultura. Salienta ainda que a Câmara Municipal de Palmela apoia esta iniciativa, cujos participantes que se irão deslocar através da CP, irão poder contar com a oferta de produtos locais a bordo do comboio e com a atuação do Rancho Folclórico e Regional de Fernando Pó.

• **Clube Desportivo Pinhalnovense e Palmelense Futebol Clube – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que o Clube Desportivo Pinhalnovense e o Palmelense Futebol Clube foram reconhecidos pela Federação Portuguesa de Futebol como entidades formadoras de 3 estrelas, no processo relativo à época desportiva 2018/2019. Foram 56 as entidades filiadas na AF Setúbal que avançaram com o Processo de Certificação de Entidades Formadora, tendo 12 sido certificadas como entidades formadoras, sendo hierarquizadas numa escala que vai desde Centro Básico de Formação até Entidade Formadora de 5 estrelas. A nível nacional foram reconhecidos 90 entidades e 80 escolas de futebol. Para além da qualificação da formação dos praticantes e organização desportiva dos clubes, este processo é condição para que, dentro de duas épocas desportivas, os clubes possam participar nos campeonatos nacionais, bem como permitir que qualquer Entidade Formadora Certificada pela FPF garanta um reforço das verbas relacionadas com o mecanismo de compensação, em comparação com os clubes não certificados.

O **Sr. Presidente** sugere que a informação relativa a estes dois Clubes possa ser convertida como saudação, o que os/as Eleitos/as aceitaram.

• **Clube Desportivo Pinhalnovense com candidatura a Escola Portuguesa de Minibasquetebol aprovada – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que o Clube Desportivo Pinhalnovense viu aprovada, pela Federação Portuguesa de Basquetebol, a sua candidatura a Escola Portuguesa de Minibasquetebol na época desportiva 2018/2019. Sublinha que o Clube Desportivo Pinhalnovense é o único clube do concelho que possui esta certificação por parte da Federação Portuguesa de Basquetebol, a qual reconhece os clubes que tenham em atividade 25 atletas de minibasquetebol.

• **Iluminação pública – O Sr. Vereador Pedro Taleço** dá nota de algumas intervenções na área da iluminação pública e também na manutenção de espaços verdes. Em relação à iluminação pública, não obstante a candidatura que foi aprovada, a intervenção que vai ser feita de 2325 luminárias no Pinhal Novo no centro histórico de Palmela, existem zonas em que

se verifica a necessidade de uma intervenção premente e, portanto, irão ser efetuados esses melhoramentos na iluminação pública. Depois, de normalizada a zona da Terra do Pão, o Largo da Boavista e a Rua Vitor Borrego, em Palmela, em Pinhal Novo estão concluídas as intervenções na Rua Doutor Ferreira Lopes em redor do polidesportivo da Quinta de Matos, junta ao posto da GNR, num investimento de 1.222€ com a colocação de 9 luminárias com a participação da EDP e ao abrigo do contrato de concessão. Na Praça dos combatentes, também conhecida como a Praça da Chaimite, uma zona que não estava ligada à rede pública EDP, foram instaladas 2 luminárias Led no valor de 2.700€ e será resolvida, muito brevemente, a Rua José da Cruz Coelho e a Rua Ti Zé Marques no Terrim, com a substituição de 34 luminárias, sem custos, ao abrigo do contrato de concessão.

Informa ainda que, nesta altura, as tolerâncias de acendimento e apagamento das luminárias do concelho foram completamente retiradas, ou seja, as luminárias acendem quando o sol se põe e apagam quando o sol nasce e, esclarece que esta tolerância, quando foi introduzida, tinha lógica, porque não havia tecnologia Led a preços acessíveis e havia necessidade de efetuar poupanças, contudo, progressivamente, ao longo de 2 mandatos, tem-se vindo a apostar na tecnologia Led, também à medida que o preço permite e tem-se vindo a retirar progressivamente as tolerâncias. Portanto, a autarquia entendeu, como melhor decisão, a retirada total, apesar de muito provavelmente gerar algumas reclamações por acenderem cedo demais. Qualquer situação que ocorra em relação a horários de acendimento ou apagamento, mais tarde ou mais cedo, deve ser dada nota dessa ocorrência à EDP ou à autarquia, porque certamente, tratar-se-á de uma avaria. Por fim, dá nota que está em execução o arranjo do pequeno jardim e estacionamento do largo da Igreja de São Pedro, que consiste na retirada dos cepos que ainda lá estavam, a reposição da calçada e um pequeno arranjo naquele jardim com a plantação de uma espécie ou outra que vão tentar articular com o Dia da Floresta Autóctone e que irá ser comemorado pela autarquia.

O **Sr. Presidente** refere que acredita que no futuro, se EDP cumprir para com a autarquia aquilo que se comprometeu, não só a colocação de mais luminárias led, mas ser a autarquia através dos meios informáticos, a poder fazer a regulação dos relógios que tenham telegestão, podem vir a gerir estas situações praticamente diariamente, contudo, até à data, tem havido muitas reclamações que não permitiam uma boa gestão desse trabalho.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que foi feito pela autarquia um pedido em maio e apenas ficou resolvido com um telefonema do Sr. Presidente, já há 3 semanas, o que não é propriamente o modo correto de funcionamento, de facto, há um acumular de assuntos com a EDP que a empresa depois, aproveita não para levar a sua avante ou não.

● **Eleições Legislativas 2019** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que a propósito do ato eleitoral para a Assembleia da República, realizado no dia 6 de outubro, aproveita esta

oportunidade para cumprimentar democraticamente, o PS que venceu as eleições e para desejar sucesso no próximo mandato, certo de que o próximo governo a ser empossado será o maior governo desde sempre, mas deseja um bom trabalho que será o sucesso de todos os nossos cidadãos que esperam por uma melhoria das suas condições de vida e, portanto, têm sempre expectativa em relação ao novo Governo, desejando as maiores felicidades aos eleitos no país e no distrito de Setúbal e cumprimentá-los pela vitória que tiveram.

• **Lixo** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que continuam a chegar relatos de problemas graves e complexos da limpeza no Pinhal Novo, e deixa aqui este alerta porque tem repetido em quase todas as reuniões de Câmara.

queria falar aqui de um email que chegou recentemente, eu iria passar as fotografias, nomeadamente a senhora vereadora, Fernanda pezinho

• **Muro em execução** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere uma outra questão que rececionou por email e que faz chegar à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho sobre a construção de um muro na zona de Brejos do Assa, nas imediações da Rua do Caçarino, que tem uma imponente demasiado grande, com cerca de 35 m de comprimento e com 5 metros de altura, sem que se perceba ao certo do que se trata e está na divisória de 2 terrenos. Apresenta as fotografias e informa que foram enviados pedidos de esclarecimento sobre esta construção à autarquia desde fevereiro deste ano, de pessoas que residem naquela zona e não têm tido qualquer explicação, qualquer fiscalização por parte da autarquia. Refere que só teve conhecimento desta situação ontem, não teve a oportunidade de se deslocar até ao local, mas, de facto, parece um muro muito grande e não queria deixar de alertar para esta situação. Também irá apresentar este email ao Sr. Vereador Pedro Taleço que é o vereador responsável pela fiscalização.

• **Obra da Escola Matos Fortuna, em Quinta do Anjo / Obra da Escola de Cabanas** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** questiona para que data está prevista a entrega da obra da EB Matos Fortuna em Quinta do Anjo à autarquia e também solicita a possibilidade de poderem fazer uma visita às instalações das escolas Matos Fortuna e à EB de Cabanas que também se encontra em fase de obra, para verificar em conjunto o que se passa, porque ouve-se falar muito do assunto e seria melhor presenciar em que ponto se encontra, para um melhor esclarecimento a quem coloca questões.

• **Eleições Legislativas 2019** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que agradece a saudação do Sr. Vereador Paulo Ribeiro relativa às eleições para a Assembleia da República,

realizado no dia 6 de outubro e a todos aqueles que participaram no ato eleitoral. Naturalmente que o PS ganhou, mas considera que todos os que participaram nas eleições venceram, com programas, lutando pelos ideais que acreditam e só lamenta a chegada ao Parlamento de um grupo de extrema-direita que causa alguma preocupação, mas saúda os outros novos partidos que também foram eleitos. Ainda assim, considera preocupante a abstenção verificada a nível nacional e também a registada no concelho que foi um pouco superior.

• **Monos – O Sr. Vereador José Calado** na sequência da intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro refere que os munícipes continuam a contactar a vereação por causa dos monos. É um flagelo para o concelho, naturalmente que tem de ser um trabalho de todos para a resolução deste problema, mas ainda ontem, numa conversa informal com o Sr. Presidente, relatou que tem dedicado algum tempo a esta questão, sempre que tem alguma disponibilidade aproveita para dar uma volta ao concelho para tentar perceber o que se está a passar. Portanto, chegou à conclusão que os monos são despejados em determinados sítios, junto dos contentores, normalmente a partir do fim da tarde e durante o princípio da noite, por volta das 23 horas e, como disse o Sr. Presidente nessa conversa informal que tiveram, provavelmente, poderiam ter a possibilidade de fiscalizar esse horário, para tentar arranjar maneira de fiscalizar durante esse horário, na possibilidade até de tentar agregar a GNR neste contexto. Nessas voltas que deu, junto desses contentores de RSU já encontrou muitas ratazanas, porque naturalmente é um local que tem restos de alimentos que faz com que essas colónias se desenvolvam e multipliquem mais rapidamente e até dá o exemplo de uma senhora que junto aos contentores de RSU do Pingo Doce em Pinhal Novo, na tentativa de afastar uma ratazana, quase que foi mordida, e também na escola Secundária de Pinhal Novo foram filmadas, por alguns alunos, ratazanas a passearem-se no recinto do parque, portanto, esta questão do lixo está a tornar-se um grande problema, a falta de civismo da população está a originar situações de saúde pública que podem vir a tornar-se graves. Este alerta não é uma crítica velada, mas é apenas uma chamada de atenção para todos.

• **Marcação das passadeiras / Iluminação junto às passadeiras – O Sr. Vereador José Calado** refere que em relação à marcação das passadeiras, não está a decorrer conforme a população desejaria, porque tem recebido de alguns munícipes informações que as passadeiras não estão a ser resolvidas. De fato algumas foram repintadas, mas verifica-se algum atraso nas restantes passadeiras. Também a iluminação junto às passadeiras, nomeadamente junto à Caixa de Crédito Agrícola em Pinhal Novo está desligada, o que é um problema porque é uma passadeira com muita circulação de veículos e de peões.

• **Necessidade de reconhecer as Freguesias de Poceirão e Marateca como zonas rurais e desfavorecidas** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** dá nota que as candidaturas de apoio ao investimento no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2020 terminaram ontem e isto remete para aquilo que a CDU já referiu aqui e em outros fóruns, ou seja, que a exclusão das freguesias agregadas de Poceirão e Marateca como zonas desfavorecidas teria implicações fortes implicações no acesso a fundos comunitários no âmbito do Desenvolvimento Rural apoiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), tal como na implementação de iniciativas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Portanto, a exclusão da classificação de zonas desfavorecidas das freguesias de Poceirão e Marateca prejudica o concelho de Palmela e também os vários investidores locais com consequências também para a atração e fixação de novos investidores nestas zonas do território. Esta exclusão impede igualmente a discriminação positiva que é determinante para o apoio à agricultura familiar, que tem uma grande importância no território e cujo impacto social que se poderá medir da exclusão deste tipo de apoios que estavam vertidos nos programas referidos, certamente irá gerar um impacto negativo e muito significativo na vida de muitas famílias do concelho, em particular das freguesias de Poceirão e Marateca que veem negado o acesso à implementação de iniciativas de desenvolvimento local de base comunitária. Classificar Marateca e Poceirão como zonas desfavorecidas e freguesias rurais, e desagregá-las da união forçada a que foram votadas pela chamada reforma administrativa, seria um ato de justiça e também de defesa destas populações. Sublinha a iniciativa do PCP na Assembleia da República que apresentou um projeto de resolução, para que fosse possível corrigir esta situação de injustiça que foi aprovada na Assembleia da República em 19 de julho, que recomenda ao Governo a integração Poceirão e Marateca no concelho de Palmela, como zonas desfavorecidas. Portanto, espera que isso se torne realidade e para que as populações destas zonas não sejam ainda mais penalizadas e faz votos para que haja coerência nas posições que são tomadas a nível local e naquelas que depois são tomadas na Assembleia da República, porque isso é que representa o garante da defesa efetiva das populações.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que o PS estará ao lado das populações como sempre esteve, até porque desde o início que consideraram não fazer sentido agregar estas duas freguesias e também as consideram como territórios desfavorecidos e que devem ser classificados como áreas rurais. Aliás, não é uma questão apenas destas duas freguesias, mas sim da península de Setúbal que, apesar de ter visto reforçado o investimento no último quadro, necessita de mais e de uma diferenciação positiva. Portanto, o PS estará ao lado das populações e ao lado da autarquia na defesa destes princípios, como sempre estiveram desde o início da União das freguesias que sempre contestaram e acharam que não era positivo para o território.

O **Sr. Presidente** refere que sobre este assunto saúda a pertinência do mesmo e recorda um discurso que fez sobre esta matéria em Fernando Pó, em que a Sra. Diretora Regional procurou

desmentir, e outras forças políticas também, relativamente à penalização de que Poceirão e Marateca iriam ser alvos, pelo facto de terem ficado fora do PDR 2020 e os resultados estão à vista; acabaram de sair os programas para as candidaturas, terminaram há dias, portanto, Gambia é freguesia rural e pode candidatar-se e Poceirão e Marateca que não são rurais, não podem candidatar-se. A injustiça confirma-se e quanto à classificação, como freguesias desfavorecidas há uma recomendação da Assembleia da República que espera que o próximo Governo cumpra essa recomendação, mas quanto à classificação das freguesias de Poceirão e Marateca como rurais, tem de haver alteração da Portaria que define o mapa e tem de haver uma alteração dos critérios que se agravaram com o facto de as freguesias continuarem agregadas.

Refere que fica descansado em saber os estados de alma e com as declarações de princípio do PS, mas a questão é que o Sr. Ministro Eduardo Cabrita prometeu que estes assuntos estavam resolvidos há 2 anos, antes das eleições e, de facto, continuam com as freguesias de Poceirão e Marateca agregadas e isso também prejudica os indicadores que levam à classificação das freguesias como rurais, portanto, o compromisso da CDU e em breve, ainda este ano, irão apresentar em reunião de Câmara, uma posição sobre esta matéria. Aliás, também irá ser solicitada uma reunião com a futura ministra da Agricultura para discutir esta questão, porque é necessário e urgente corrigir esta situação, porque os empresários, pequenos e médios, agricultores e outras empresas, estão a ser prejudicados nas participações nas suas candidaturas, comparativamente com outras zonas do país.

Questões apresentadas pelos Srs. Vereadores no Período Antes da Ordem do Dia

- **Muro em execução** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro) – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** cumprimenta os presentes e sobre a questão colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, apesar de ter responsabilidades em matéria urbanística, esta questão terá de ser previamente canalizada para a fiscalização, porque se bem entendeu, trata-se de um muro divisório e sendo o muro divisório, de acordo com os diplomas legais que têm vindo a ser aprovados no sentido de facilitar a construção sem o devido controlo prévio da administração, ou seja, não estão sujeitos a licenciamento, salvo, se excederem uma determinada altura o que poderá ser, de facto, o caso, ou se for um muro de suporte, que nesses casos, estarão sempre sujeitos a licenciamento, portanto, vai encaminhar estas fotografias ao Sr. Vereador Pedro Taleço que tem a responsabilidade em matéria de fiscalização e também gostaria, para aferir qual o caso concreto, receber via email este assunto, porque a 2ª fase do procedimento terá que ser passar pela aferição da possibilidade de legalização.

- **Lixo** (Assunto colocado pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro) / **Monos** (Assunto colocado pelo Sr. Vereador José Calado) – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que em relação à

questão colocada pelo Sr. Vereador José Calado, agradece a forma como ultimamente tem colocado estas questões, até porque as últimas intervenções, enquanto vereadora da área dos resíduos, parece ter contribuído para que todos os presentes e aqueles que ouvem, percebem que a crítica não deve ser canalizada, pura e simplesmente, para a autarquia que cumpre as suas obrigações, com os seus trabalhadores arduamente, para a redução, quer dos resíduos, quer dos monos. Porque a autarquia, como já aqui referiu anteriormente, tem aumentado o seu investimento ao nível desta matéria e o enfoque que tem sido aqui colocado no prevaricador, ajuda, para que juntos possam realmente, colocar a questão na vergonha para quem tem a conduta ilícita e isso ajuda, de alguma forma, como diz a canção da Maria da Fé, "cantar até que a voz me doa". Portanto, reitera este discurso, tantas e quantas vezes, "até que a voz lhe doa", com a vossa ajuda, certamente. A tónica incide mais sobre a fiscalização e obviamente, o Sr. Vereador Pedro Taleço poderá com maior propriedade abordar a questão, porque trata-se de condutas ilícitas que são praticadas, obviamente fora do horário de funcionamento da autarquia para não serem apanhados. Recorda o tempo em que foi Chefe de Divisão de Fiscalização, a interlocução com o SEPNA que também tem competências na matéria e importância de ações de fiscalização conjuntas e refere que está prevista uma reunião entre a DARSU, que tem competência na matéria da remoção de resíduos e monos com a Fiscalização que tem a competência de fiscalizar e monitorizar estes comportamentos ilícitos de forma a conjugar esforços para que se consiga realmente alcançar aquilo que é o objetivo, apanhar o prevaricador.

- **Obra da Escola Matos Fortuna, em Quinta do Anjo / Obra da Escola de Cabanas** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Raul Cristovão) – O **Sr. Presidente**, relativamente às escolas informa que a obra da EB Matos Fortuna foi entregue à autarquia, mas foi uma receção condicionada por causa de correções ainda a fazer, contudo a escola está a funcionar normalmente. Trata-se de pequenas correções que não estão terminadas e que se considera que devem estar terminadas e, portanto, há um prazo para essas correções. Em breve, será anunciada a inauguração oficial da escola com uma festa que pretendem preparar com a escola e com a comunidade educativa. Em relação à visita à obra da EB de Cabanas, pode ser agendada já na próxima semana, para ver o andamento dos trabalhos e também para poderem fazer o ponto de situação relativamente ao ritmo dos trabalhos com quem acompanha e fiscaliza a obra, apesar de ter a convicção que não vai ficar pronta no prazo contratual.

- **Lixo** (Assunto colocado pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro) / **Monos** (Assunto colocado pelo Sr. Vereador José Calado) – O **Sr. Presidente** refere que sobre as questões da limpeza urbana, todos aqui, diariamente, recebem queixas e sugere que os pedidos e as denúncias sejam mais explícitas, com a devida localização porque isso é importante, aliás, considera que não se deve

generalizar a limpeza no Pinhal Novo, porque ainda convida o Sr. Vereador para ir consigo para ver de perto, pois ainda esta manhã esteve com os trabalhadores do setor e até por questões de saúde teve de percorrer vários espaços dentro do Pinhal Novo e teve a oportunidade de ver que, infelizmente, não está tudo perfeito, mas reitera que não se pode generalizar. As pessoas têm direito a ter o seu bairro limpo, há umas situações onde há folhas, outras situações onde não, se calhar, não passam por lá há mais de uma semana, outras que estão perfeitamente regularizadas. Portanto, apela a que façam chegar aos serviços municipais, nomeadamente aos vereadores que têm as áreas, para poderem procurar perceber se há alguma falha sistémica ou se é uma anomalia pontual. De facto, não tem sido fácil e a questão da fiscalização está a ser afinada e o Sr. Vereador Pedro Taleço já dará nota sobre essa questão. Em relação à questão dos ratos na escola e ratazanas, informa que o município tem um plano de desratização, como teve de desbaratização, aliás há cerca de um mês estavam aqui a falar de baratas, portanto, está no site da autarquia a divulgação das campanhas de desratização. Contudo, há um outro fenómeno importante que é preciso ter em consideração, cada particular e cada proprietário do equipamento tem de ter nos seus espaços, estas medidas e, dá o exemplo de uma conversa que teve com uma pessoa amiga a propósito da questão da escola, que tem espaços exteriores que parte desses espaços não estão tratados, ou seja, as obras terminaram há oito anos e ainda lá estão restos de obra e se passarem pela Rua Adriano Correia de Oliveira, ainda lá estão restos de madeiras e depois não querem ter ratos, enfim, no caso do Pinhal Novo, foi a cidade que invadiu o campo. Na Praça da Independência, junto aos equipamentos municipais, biblioteca e mercado municipal, estão umas caixinhas, porque o município, nos seus equipamentos tem de, sazonalmente, fazer estas campanhas, sobretudo em equipamentos que têm atividades económicas que produzem resíduos biodegradáveis e restos alimentares e precisamente, na zona do Pingo Doce, onde a produção de lixo é exorbitante e, embora tenham ali um serviço próprio que pagam à autarquia para a remoção de lixo, as quantidades quando extravasam os contentores, obviamente, deixam cheiros e atraem insetos e outros tipos de bichos, portanto, cada equipamento também tem de ter o seu plano próprio.

- **Muro em execução** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro) – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que em relação ao muro referido pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, obviamente que parece coincidir com a tipologia de um armazém, aliás, acha até que já tem um processo constituído, mas só poderá dar informações contactando os serviços para perceber exatamente o ponto de situação, contudo está referenciado.

- **Lixo** (Assunto colocado pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro) / **Monos** (Assunto colocado pelo Sr. Vereador José Calado) – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que em relação às questões de limpeza, não se vai alongar muito mais porque aquilo que já foi dito, é realmente importante. A

limpeza não tem um comportamento padronizado, ou seja, o comportamento do lixo tem a ver com o comportamento das pessoas, portanto, todos os aspetos de planeamento, têm de convergir para uma intervenção que seja dinâmica e que se consiga adaptar à realidade que verificam no território. Foram introduzidas nos serviços de forma sistematizada a monitorização, ou seja, há uma pessoa encarregada que na segunda-feira de manhã, antes do planeamento da semana percorre os territórios rua a rua, portanto, em Pinhal Novo, cujo perímetro não é assim tão grande, em duas horas, aproximadamente, fica feita a monitorização e depois passam à fase de ação. Também, durante a semana, quando surgem algumas situações, por vezes até denunciadas nas redes sociais, a autarquia atua, porém defende que nesta questão das redes sociais, considera as reclamações quando as vê e, portanto, pede para que seja feita a comunicação à autarquia, que automaticamente coloca a questão ao serviço competente. Portanto, a questão de estar constantemente a falar, nestes fóruns genericamente, sobre a limpeza no Pinhal Novo sem objetivar a rua, significa que por vezes a autarquia consegue identificar e outras não, também quando as pessoas insistem, após do contentor estar cheio, colocar, sacos ou embalagens no chão, ao lado ou por cima do contentor, basta estar vento para a rua ficar com esse lixo espalhado e aparentando não ser limpo durante uma semana. Em outros casos, onde algumas ruas não são limpas com a frequência desejada, a autarquia introduz nesse planeamento para procurar melhorar a relação com o reclamante. As reclamações não têm de ser necessariamente agressivas, aliás, podem ajudar os serviços no seu trabalho e na sua missão e para isso é necessário disponibilizarem-se aos munícipes, ou a qualquer reclamante, inclusive o Sr. Vereador, que situem concretamente as questões para que as possam resolver.

- **Marcação das passadeiras** (Questão colocada pelo Sr. Vereador José Calado) – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que estão programadas ações no Pinhal Novo, mas a empreitada da sinalização horizontal foi para todo o concelho e como já havia sido referido em reunião de Câmara, a prioridade foi dada aos acessos junto dos equipamentos escolares, ou seja, iniciaram no Pinhal Novo e depois foram percorrendo o resto do concelho. Atualmente estão a atuar em zonas rurais, que também têm a sua importância e irão regressar ao Pinhal Novo.

O **Sr. Presidente** refere que uma reclamação é um ato de cidadania, desde que o objetivo seja o de contribuir para a resolução do problema.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Transferência de competências decorrentes da Lei-Quadro n.º 50/2018, para o Município de Palmela, nos anos de 2019 e 2020.

PROPOSTA N.º GAP 01_21-19:

«A Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais (Lei 50/2018, de 16 de agosto) no n.º 2 do seu art.º 4.º, determinou os prazos para deliberação dos órgãos deliberativos das autarquias locais que não pretendam a transferência de competências no ano de 2019 e 2020.

Posteriormente, estabelecendo a confusão de prazos e procedimentos, foram sendo estabelecidos outros prazos diferenciados, pelos decretos-lei setoriais entretanto publicados, sobre os quais a Câmara e a Assembleia Municipal de Palmela, deliberaram no sentido da não aceitação da transferência de competências em 2019 e 2020, nomeadamente nas reuniões de Câmara de 23 de maio de 2019 e da Assembleia Municipal de 28 de maio de 2019.

Segundo a comunicação da DGAL-Direção-Geral das Autarquias Locais, de 10 de setembro de 2019, *“O diploma de âmbito setorial, entretanto publicado, agora na área das Áreas protegidas, veio determinar que as entidades que não pretendam em 2019 a transferência das competências prevista no referido diploma comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias após a sua entrada em vigor (21 de outubro), efetuando-se tal comunicação no formulário constante do grupo “Transferência de competências 2019”.*

Nessa comunicação, a DGAL informa ainda que *“Considerando alguns constrangimentos verificados na submissão nos diferentes formulários (...) procedeu-se a um ajustamento na plataforma por forma a acolher nos diferentes domínios as deliberações tomadas fora de prazo e bem assim proceder às retificações necessárias ao já comunicado”,* lembrando *“que quanto à transferência de competências no ano de 2020, dispõe o n.º 2, al. b) do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho - aplicável a todos os diplomas setoriais em que se preveja comunicação de não aceitação - que as entidades que não pretendam a transferência de competências em 2020*

devem comunicar esse facto à DGAL até de 30 de setembro de 2019. Esta comunicação deverá concretizar-se através do formulário "Transferência de competências 2020".

Após receção da comunicação suprarreferida, o Município de Palmela solicitou esclarecimentos àquela entidade sobre o informado, no passado dia 19 de setembro, não tendo até à presente data obtido qualquer esclarecimento.

Assim, **propõe-se**:

1 – Que a Câmara Municipal de Palmela delibere, reiterando os fundamentos das deliberações já anteriormente tomadas sobre o assunto, recusar, para os anos de 2019 e 2020, a transferência de competências da Administração Central para o Município, prevista no Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto que define o modelo de cogestão das áreas protegidas, que concretiza o princípio de participação dos órgãos municipais na respetiva gestão, ao abrigo do previsto na alínea e) do artigo 20º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.

2 - Nestes termos, seja proposta à Assembleia Municipal, a deliberação de recusa da referida competência e que essa deliberação seja de imediato comunicada à DGAL, pelos meios legalmente previstos.

Mais se **propõe** que a presente deliberação seja aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do nº 3 do artº 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.»

Sobre a proposta de Transferência de competências decorrentes da Lei-Quadro n.º 50/2018, para o Município de Palmela, nos anos de 2019 e 2020 numerada GAP 01_21-19 intervêm:

O **Sr. Vereador José Calado** refere que sobre esta matéria chamar a atenção que já foi discutido a 11 de junho e obteve parecer favorável da Associação de Municípios. Portanto o MIM sempre tem votado contra estas propostas, no sentido de criar aqui uma solução de começarem a aceitar as transferências de competências, porque, como o Sr. Presidente sabe, aliás, nesta proposta de alteração orgânica da Câmara Municipal, também já aqui escreve o seguinte: "procurando acolher já boa parte das que são transferidas para os municípios em 2021", isto é, todos acreditam que em 2021 estas transferências terão de ser feitas. Se é inevitável, quanto mais cedo, começarem a prepará-las melhor será para todos, porque nestas matérias, naturalmente que a restante vereação tem mais experiência porque estão aqui há mais anos, portanto, depois da exposição que o Sr. Presidente fez sobre esta matéria e também estando de certa maneira, com dúvidas em relação à matéria, o MIM irá abster-se.

O **Sr. Presidente** refere que atendendo ao raciocínio que o MIM fez, chama a atenção para a questão da inevitabilidade, ou seja, sabe-se que vai haver novas competências, mas não vão ser exatamente assim e a prova é que as autarquias que já aceitaram e por aquilo que teve oportunidade de ouvir e aquilo que vão discutir no Congresso da Associação Nacional de Municípios, no final de novembro, irá haver muita matéria que vai ter de ser alterada, porque

mesmo os autarcas de outras forças políticas que já aceitaram, estão atualmente “de cabelos em pé” com isto tudo. Portanto, hoje, poderiam estar aqui a falar destes problemas dos auxiliares, tendo como um alvo, não o incumprimento do Ministério da Educação, mas da Câmara Municipal. O Tempo também é bom conselheiro, deixar quem avançou e “deu um mergulho para o precipício” procurar ver se consegue voar para não bater lá em baixo para que aqui possam aprender com esse voo. Refere que ainda há muitas questões que têm de ser clarificadas e volta a chamar à colação informação que já aqui partilhou ainda há pouco, quando falavam da questão dos auxiliares das escolas. Tanta pressa a implementar isto, foram criadas Comissões de Acompanhamento da Descentralização, não houve uma única reunião de Comissão de Acompanhamento, porque a função destas Comissões é também fazer a arbitragem daquelas situações que foram identificadas necessidades de operacionais, de viaturas dos centros de saúde que não estão em bom estado, de sistemas de iluminação e de vigilância que não estão capazes e nas contas, ou seja, a função das Comissões de Acompanhamento é fazer esta transição, aferir e clarificar os meios que ainda vão ser descentralizados e que ainda não foram. Portanto, acredita que é possível aprender com a experiência dos outros e sobretudo, para procurar clarificar que este é um dos diplomas no qual é difícil perceber o alcance da participação municipal neste tipo de estrutura que não acrescenta nada, aliás, o município tem pareceres dos técnicos da área do planeamento sobre este diploma e dizem que aquilo que está previsto neste diploma já foi pedido e a única novidade, é fazer crer que a autarquia teria algum poder e um aumento de encargos. Portanto, não advém aqui nenhum benefício para a melhoria da gestão desta zona protegida e nenhum benefício para as populações e se falarem com a Associação de Proprietários de Alcube e Vale de Barris, eles dizem que isto é uma mão cheia de nada.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que a posição do PS já é conhecida e, mais uma vez, considera que seria aconselhável que tomassem uma posição como parte interessada na gestão do parque e destas áreas protegidas e também da reserva, para benefício, sobretudo destes dois locais de excelência que têm no território e que cuja área do município de Palmela é quem tem mais atividades económicas que têm de ser defendidas e melhoradas. Ainda assim, reconhece que há falhas no diploma, de facto, não está bem feito, nomeadamente em relação aos encargos, não sendo muito claro nos poderes de cogestão e, só por isso, considera que não devem avançar sem esta questão estar claramente definida. Provavelmente será necessário que o ICNF se reorganize e só depois se faça a descentralização, porque o ICNF andou nos últimos anos um pouco abandonado e esta é uma das áreas que, de facto, gostaria que autarquia viesse a fazer parte deste modelo de gestão quando estiverem esclarecidas estas situações. Portanto, em relação a esta proposta o PS abstém-se.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que a culpa não é do ICNF, mas sim da tutela que não dá meios ao ICNF para exercer com eficácia, eficiência e competência as matérias que lhe estão adstritas e isto vem do desinvestimento ao longo de décadas que, não é só do atual

Governo naquilo que diz respeito às áreas protegidas. Em relação a este diploma, esclarece, enquanto autarca, que não aceita esta descentralização, porque, de facto, não é uma questão de inevitabilidade, como se diz, aliás, estão aqui como autarcas responsáveis que foram eleitos para um mandato para acautelar a defesa e os interesses da população e considera que este diploma e este processo de descentralização, tal como está a ser gizado, não acautela, nem defende as populações. Portanto, reitera que, como autarca responsável, não pode aceitar este processo, em particular, este diploma. Acrescenta que as autarquias que estejam em pé de igualdade com a autarquia de Palmela e como tal, tenham no seu território áreas classificadas e áreas protegidas, nos termos da legislação vigente, todas elas sem exceção, umas mais outras menos, têm já problemas na sua gestão do dia-a-dia para exercer as competências que lhes estão adstritas, com a agravante de um reiterado incumprimento da lei das finanças locais. Portanto, o processo de descentralização deveria começar o trabalho pelas fundações e não pelo telhado. Aliás, um verdadeiro e sério procedimento de descentralização careceria sempre, do integral cumprimento desta lei, dotando as autarquias daquilo que é seu por direito próprio, a sua autonomia financeira e também exigiria inclusivamente, uma revisão desta lei. E mais do que problemas para a gestão da autarquia, o enfoque deste processo de descentralização tem de ser colocado no interesse das populações, que são, no fundo, os destinatários de todos os diplomas legais. Como autarcas são gestores e responsáveis políticos de uma política que tem impacto na vida dos cidadãos, dos agentes económicos, associativos e culturais, portanto, o enfoque deve ser colocado aqui nas populações e seus interesses e este diploma com esta cogestão que já existe materialmente, de acordo com o quadro legal vigente, não é uma novidade, porém a maneira ou a forma agora prevista, é como disse o Sr. Presidente, “uma mão cheia de nada” e potenciadora daquilo que se chama desresponsabilização, porque depois quando chegar a altura de fazer a monitorização, vão existir dificuldades, e quem fica prejudicado, de facto, são os cidadãos e cidadãs. O ónus vai cair sobre os únicos responsáveis, eleitos por sufrágio direto e universal que são, no fundo, os autarcas, não vão ser os técnicos e os dirigentes do ICNF portanto, os problemas das populações vão cair à porta das autarquias, porque, de facto, têm responsabilidades políticas. Paradoxalmente, este diploma atribui às autarquias uma série de tarefas, cuja responsabilidade é meramente executória, mas não dá competência naquilo que é prioritário, o planeamento, ora, se são áreas que estão integradas no território que diz respeito à autarquia, se a bandeira do Governo que lidera este processo é a da política de proximidade, melhor exercida pelos autarcas, refere que o critério não pode ser só este, porque não é, pelo facto de estar mais próximos que vão conseguir fazer mais e melhor, que os órgãos da Administração Central, diretos ou indiretos, têm feito ao longo de anos. Porque os meios que o poder central alocou a estes órgãos, durante décadas, têm sido insuficientes para exercer as suas competências de forma eficiente, eficaz e competente. Portanto, se os meios não são esses, se ainda se prevê que será o financiamento municipal a suportar e crescer, dá uma panóplia de responsabilidades, então por que não também dar o poder do planeamento, por que é que não podem as autarquias ser também, os autores ou o

autor desse planeamento do território, que diz respeito a todos. Também, se este mesmo território está como está, em matéria ambiental, em matéria de biodiversidade, cuja sustentabilidade diz respeito a todos nós, obviamente todos os que estão aqui sentados, querem que ele seja sustentável e, se o ICNF não tem feito, não é a falta de reivindicações, nomeadamente de alguns partidos que têm assento parlamentar, como o PEV e o PCP, para se dotar estas estruturas de maior e mais fiscalização e vigilância, ao longo de décadas, e de equipamento que permita cumprir a sua missão.

Refere que, enquanto autarca e com assento no Conselho estratégico que é um órgão meramente consultivo, onde estão todos os interlocutores com interesses e responsabilidades nesta área aquilo que se ouve de todos os quadrantes políticos, é que efetivamente, o ICNF não faz, porque não pode. E não se pode ignorar que as atividades económicas, que são diferenciadores no território, para além do sustento e de um património económico e cultural que, de alguma forma estão a definhar por um Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, denominado POPNA que está fossilizado há décadas e que os sucessivos governos não têm querido deitar a mão e revê-lo, com impactos negativos no território, nas vidas de cada um, nas pessoas que têm propriedades em zonas do parque com uma cartografia que está completamente desatualizada. Portanto, o Estado Central não tem querido mexer no POPNA, nos Planos Especiais do Parque Natural da Arrábida e recorda que desde 2014, desde a Lei da Aprovação dos Solos é obrigatório passar o plano especial a programa especial e, aquilo que acontece, são os municípios deste concelho que face a divergências de cartografia não podem edificar o que quer que seja naquele seu prédio e esta inércia diz respeito àqueles que tiveram responsabilidades políticas nacionais.

Considera que é errado colocar, mais uma vez, à porta das autarquias problemas que demoraram décadas a resolver e que bastaria ao Governo, com a cogestão que já existe atualmente, materialmente e legalmente, dotar o ICNF de meios, porque tem técnicos excelentes com grandes capacidades pela formação e experiência acumulada ao longo de anos, dotar essa entidade da administração Central de ferramentas necessárias para o cumprimento da sua missão. Por isso, como autarca, em quem a população deste concelho confiou mais um mandato, não pode em consciência e com todo o sentido de responsabilidade, aceitar esta descentralização e no caso concreto, este diploma, não pelo princípio pelo qual está de acordo, mas pela forma como tem sido conduzido e, o facto de estar mais próxima das pessoas, não é suficiente para poder concluir que possa fazer mais e melhor que o ICNF, porque iniciar um processo destes sem um estudo dos seus impactos, custos, eficiência e meios, é como um tiro no escuro e aceitar este processo não é decidir de forma consentânea com a confiança que todos depositaram na CDU e assim a elegeram.

Saída da reunião de um Vereador

Nesta altura, ausenta-se da sala o Sr. Vereador José Calado.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que quando a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho falou no POPNA e nas várias circunstâncias que tem impedido e fossilizado o POPNA, aproveita para partilhar uma angústia, porque quando foi deputado na legislatura de 2011/2015, a 1ª iniciativa parlamentar que apresentou, foi precisamente para a revogação do POPNA, que foi aprovada por unanimidade e 8 anos depois está tudo na mesma, o que de facto, é uma vergonha. É uma vergonha e responsabiliza todos os agentes políticos, porque o POPNA pelo facto de não ser alterado, tem causado graves engulhos às populações que são abrangidas por este instrumento de gestão territorial, nomeadamente as populações de Palmela, Sesimbra e Setúbal.

Refere ainda que, nesta matéria da descentralização, tem-se absterido em todas as votações, com a exceção de uma e votou favoravelmente, porque havia um estudo mais aprofundado sobre a mesma e que demonstrava, precisamente os erros que eram cometidos, mas é favorável a uma política de descentralização de competências para as autarquias locais mas tem uma posição desfavorável à regionalização, porque a questão que aqui se coloca é o concreto e, de facto, como o Sr. Vereador Raul Cristovão referiu, esta questão das áreas protegidas, no geral relativamente ao país, mas também no concreto do concelho de Palmela é, de facto uma área em que deviam ter competências e partilhar mais competências. Porém, tanto neste como nos outros diplomas da descentralização apresentados, há um padrão, são diplomas feitos com os pés, apressados e atabalhoados e como o Sr. Presidente leu, aquela disposição da lei não é nada, é um amontoado de palavras, que não significam nada. Portanto, estas propostas de descentralização que têm aparecido e, por isso é que a descentralização tem tido insucesso, porque têm um efeito pernicioso que por causa da dificuldade que a administração Central tem em mover-se, na forma atabalhoada como estes diplomas têm sido feitos, com as orientações políticas que têm sido dadas, tem feito com que aqueles que são contra a descentralização, no fundo, por estas vias, acabam por levar a água ao seu moinho. Aliás, considera que todos estes diplomas que têm sido apresentados não têm emenda e, é altura, de uma vez por todas, olhar para esta questão de forma séria, com todos os autarcas e fazer uma descentralização a sério, porque efetivamente o país precisa de uma descentralização para desburocratizar, para diminuir o peso da Administração Central e também para evitar alguns devaneios regionalistas. Portanto, irá abster-se, porque é favorável ao princípio, mas está em desacordo com o processo.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristovão, Pedro Taleço, Mara Rebelo e Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 2 – 8.ª Alteração ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022.

PROPOSTA N.º DADO 01_21-19:

«A 8.ª alteração ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022 tem como finalidade proceder ao reforço de diversas ações com dotação insuficiente de modo a possibilitar o desenvolvimento de procedimentos concursais, nomeadamente:

1. Reforço das dotações de diversas ações do projeto Aquisição e reparação de máquinas e viaturas, de modo a possibilitar o desenvolvimento de procedimentos concursais urgentes;
2. Reforço da dotação da ação Construção e Beneficiação de EJR e Polidesportivos, de modo a possibilitar o desenvolvimento de procedimentos concursais urgentes;
3. Reforço da dotação da ação Pavimentação da Estrada /Rua Quinta da Varzea, de modo a possibilitar o desenvolvimento de procedimento concursal urgente;
4. Reforço da dotação da ação Pavimentação da Rua Manuel Pitorra - Quinta do Anjo, de modo a possibilitar o desenvolvimento de procedimento concursal urgente;
5. Reforço da dotação da ação PRARRÁBIDA CAFA – Castelos e Fortalezas da Arrábida, de modo a possibilitar o desenvolvimento de procedimento concursal urgente.

Em consequência da reprogramação física e financeira das ações Requalificação do antigo edifício da GNR, Requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura e PRARRÁBIDA CAFA – Castelos e Fortalezas da Arrábida, procedeu-se às anulações da receita, no valor global de 44.698€ (quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e oito euros) nas rubricas de transferências de capital provenientes de financiamentos externos e Passivos Financeiros, ajustando o valor a receber em 2019.

O total do Orçamento após a 8ª alteração é de 60.430.883,25 € (sessenta milhões, quatrocentos e trinta mil, oitocentos e oitenta e três euros e vinte e cinco cêntimos), que representa um decréscimo de 0,07% relativamente ao Orçamento em vigor.

Foram igualmente introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 8.ª alteração ao Orçamento de 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022.»

Sobre a proposta de 8.ª Alteração ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022 numerada DADO 01_21-19 intervém:

O **Sr. Presidente** refere que a 8ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2019-2022 visa reforçar financeiramente várias ações que, neste momento, se apresentam com dotação insuficiente de modo a possibilitar o desenvolvimento de procedimentos concursais urgentes, nomeadamente reforços das diversas ações do projeto aquisição e reparação de máquinas e viaturas; reforço da dotação da ação Construção e Beneficiação de EJR e Polidesportivos, que por questões de segurança a autarquia tem de intervir rapidamente; reforço da dotação da ação Pavimentação da Estrada/Rua Quinta da Várzea; reforço da dotação da ação Pavimentação da Rua Manuel Martins Pitorra em Quinta do Anjo e o reforço da dotação da ação PRARRÁBIDA-CAFA – Castelos e Fortalezas da Arrábida, que foi um processo que começou por ter um atraso por causa de um desaguado com a Direção Geral do Património Cultural e, por outro lado, dado o valor do 1º procedimento e o constante aumento do valor das empreitadas, é necessário reforçar, porque de outra forma podem ficar com um concurso deserto. Portanto, em consequência desta reprogramação física e financeira, vão retirar da requalificação do antigo edifício da GNR que está em fase de revisão de projeto, à requalificação do Centro Comunitário da Águas de Moura que vai ser reprogramada e ao CAFA, tendo-se procedido a anulações no valor global de 44.698€. Depois, trata-se de pequenas afinções, de um lado para o outro, reforços e anulações sem grande significado, sendo que o total do orçamento, após a 8ª alteração é de 60.430.883,25€, registando-se um decréscimo de 0,07% relativamente ao orçamento em vigor.

Entrada na reunião de um Vereador

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pelo Sr. Vereador José Calado.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear.

PROPOSTA N.º DADO 02_21-19:

«A estrutura orgânica é um instrumento de gestão que visa auxiliar a administração de qualquer organização, no caso a Câmara Municipal de Palmela, a efetuar a melhor distribuição das responsabilidades e dos recursos para assegurar o cumprimento das atribuições, competências e objetivos programáticos da política municipal.

O modelo organizacional em vigor na autarquia teve a sua origem no período da crise económica e financeira e foi balizado por critérios estritamente economicistas não sendo, por isso, promotor da eficácia e qualidade do serviço público, nomeadamente porque suscitou uma redução de cerca de 70% no número de unidades orgânicas de que resultou uma diminuição drástica da capacidade gestonária da organização.

O enquadramento legal, entretanto revisto (Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, alterada pela Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro), veio criar a possibilidade de prover os cargos de direção de departamento municipal desde que assegurada cobertura orçamental e demonstrada a sua racionalidade face às atribuições e competências. Respeitando os critérios estabelecidos na lei, considerou-se a proposta de Estrutura Orgânica nuclear que se apresenta uma condição de melhoria do serviço prestado pela Câmara Municipal. Esta proposta é compatível com a disponibilidade orçamental da autarquia e mostra-se adequada ao exercício das atuais atribuições e competências municipais, procurando já acolher boa parte das que serão transferidas para os municípios em 2021. O novo modelo, que recupera em parte uma lógica de organização experimentada com sucesso no passado, reforça o número de departamentos, de divisões e de cargos de direção intermédia de 3º grau, os quais totalizam respetivamente seis (6), dezoito (18) e catorze (14).

Prevê a referida lei que as autarquias locais procedam à aprovação das suas estruturas orgânicas, nos termos definidos no Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro, pelo que, a estrutura nuclear a aprovar pela Assembleia Municipal deverá conter as unidades orgânicas nucleares (departamentos, correspondentes aos cargos de direção intermédia de 1º grau) e as respetivas competências, bem como o número máximo de divisões (correspondentes aos cargos de direção de intermédia de 2º grau), os cargos de direções intermédias de 3º grau e as subunidades orgânicas (secções), unidades estas que terão o seu elenco de competências discriminado na estrutura orgânica flexível, a submeter a decisão dos órgãos municipais num momento posterior.

Considerando que, sob proposta da Câmara Municipal, compete à Assembleia Municipal definir o modelo e conteúdo da estrutura orgânica nuclear, propõe-se que ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Declarações Retificativas nºs 46-C/ 2013, de 1 de novembro e 50-A/2013, de 11 de novembro, **a Câmara delibere propor** à Assembleia Municipal de Palmela a aprovação, ao abrigo e nos termos da alínea m), do nº 1 do artigo 25 da referida Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do art.º 6º Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, por força da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto alterada pela Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro, o Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Palmela, que se anexa.»

Sobre a proposta de Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear numerada DADO 02_21-19 intervêm:

O **Sr. Presidente** acrescenta ainda que este trabalho vem sendo desenvolvido há meses na organização, que houve também participação interna dos atuais dirigentes e de muita gente que não sendo dirigente, tem estado a coordenar e a trabalhar num conjunto de responsabilidades de gestão e que mereceu aturada reflexão interna e parecer favorável da comissão sindical com quem o Sr. Vereador com o pelouro dos recursos humanos também

discutiu. Portanto, a proposta tem o regulamento, tem os princípios e as normas gerais de organização, estrutura e funcionamento dos serviços municipais. A estrutura nuclear que se propõe fica estruturada da seguinte forma: Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos; Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos; Departamento de Obras, Logística e Manutenção; Departamento de Administração Urbanística; Departamento de Educação e Coesão Social e Departamento de Cultura, Desporto e Juventude. Portanto, depois vai haver um conjunto de Divisões, direções de 3º nível e secções, com as competências genéricas das direções de departamento e algumas mais específicas de cada um dos departamentos, que irão ficar mais clarificadas quando chegarem às competências das respetivas divisões e direções 3º grau entre outras, que é um trabalho que também está a ser revisto, porque mais do que ter uma estrutura bonita no organograma, querem efetivamente que funcione e a clarificação das competências é fundamental e vão procurar, dentro daquilo que a lei permite, delegar o máximo de competências nos diretores e chefes de divisão, tendo em vista uma maior agilidade nas respostas.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que o MIM irá votar favoravelmente, acreditando que esta subdivisão, com certeza é uma maneira de tornar mais eficiente a gestão da Câmara Municipal e torná-la mais eficiente para com os munícipes, no entanto, chama a atenção que nestas questões, o mais importante são as pessoas que vão ser colocadas à frente destes departamentos e divisões, que espera ser pela competência.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que a proposta de alteração da estrutura orgânica da autarquia faz levantar algumas questões, ou seja, entende que é necessário adequar a estrutura, aliás, tem a desvantagem de ser um vereador sem pelouro, isto é não tem o acompanhamento do dia-a-dia da autarquia e por consequência não percebe algumas distorções que existem, mas depois, há alguns números que causam alguma perplexidade, por exemplo, existem ainda 2 departamentos na atual estrutura orgânica que podem ser poucos, mas triplica se o número de departamentos para 6, de 11 divisões para 18. Portanto, na reunião que houve, na qual o Sr. Presidente deu conta dos objetivos que aqui se colocavam, infelizmente, por razões pessoais, não pode estar presente, mas que depois o Sr. Presidente fez a gentileza de explicar em particular, houve alguns números que não estão presentes na proposta e daquilo que percebeu era, que num cenário normal, ou seja, que todos os lugares fossem providos com trabalhadores da autarquia, as novas chefias a existir, tinha, salvo erro, um custo adicional de 30 a 40.000€ mês, que dá cerca de 560.000€ por ano, resultando num aumento dos custos com o pessoal à volta dos 2% em relação ao orçamento inicialmente estimado pela autarquia. Portanto, considera que deveria haver nesta proposta uma explicação mais pormenorizada sobre a razão pela qual um determinado departamento não funciona só assim, porque é que têm de ser 6, e não 4 ou apenas 5 departamentos, o mesmo em relação às divisões e por que razão se optou por este modelo. Considera que está em falta, até para uma decisão mais consentânea com aquilo que cada um pensa, que é uma explicação mais

aprofundada, um estudo mais aprofundado que demonstrasse todas estas questões, porque assim, só se vê mais despesa, mais cargos de chefia, mais estruturas orgânicas que pode criar mais burocracia e mais dificuldades. Falta também explicar nesta proposta, porque uma estrutura orgânica tem como aspeto fundamental servir melhor os munícipes, aqueles que são os destinatários das decisões tomadas aqui e não para servir melhor os trabalhadores da autarquia, nem os vereadores da autarquia, mas sim os munícipes, por isso, considera que está em falta demonstrar que esta proposta de estrutura orgânica esteja mais consentânea com esse objetivo que, no fundo é o objetivo de todos os decisores públicos e de todas as pessoas que trabalham nas autarquias locais, mas também no setor público.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que esta proposta apresenta o organigrama de uma estrutura que deve servir a autarquia no conjunto, com maior eficácia e eficiência e por isso, considera que ninguém pode estar em desacordo que o objetivo de qualquer plano estrutural, de qualquer orgânica de um serviço público como a autarquia, precisa de adequar a sua estrutura orgânica às novas realidades, sobretudo para o que está previsto para 2021. Depois, todos sabem que há nos organismos públicos uma grande sobrecarga nos dirigentes e nos demais trabalhadores, porque há uma dificuldade, por haver orgânicas muito reduzidas, atendendo ao que foi necessário fazer aquando houve um momento de crise, e que atualmente é preciso estender um pouco essas orgânicas e esse funcionamento da autarquia e, apesar de não terem sido eleitos apenas pelos trabalhadores da autarquia, também são responsáveis pelo bom ambiente, o bom trabalho e proporcionar boas condições para que se sintam melhor numa estrutura orgânica em que todos saibam exatamente qual o seu posicionamento e possam ser mais rentáveis e com isto, servir melhor as populações. Este tem de ser o objetivo de qualquer estrutura orgânica e não pode ser apenas em função daquilo que se vai gastar, até porque os valores ainda não estão claros e, aquilo que interessa discutir nesta orgânica é saber se esta alteração é favorável a quem gere e a quem trabalha e nessa perspetiva, estão a ser favoráveis às populações que os elegem, porque o trabalho só é possível ser compreendido, melhor executado e responder às expectativas das populações que os elegeram, se houver coerência na estrutura e se as pessoas se sentirem bem na estrutura e os trabalhadores se sentirem dignificados. O PS é favorável a esta proposta e se estivesse à frente da autarquia, se calhar, faria uma estrutura ligeiramente diferente, mas seriam pormenores que, neste momento não parece que sejam significativos, para não aceitar esta proposta. Aliás, uma estrutura orgânica só se pode avaliar daqui a uns tempos e é preciso ter atenção, se as pessoas que vão ocupar esses lugares de dirigentes são os melhores e os mais adequados para depois saber como funciona na prática em resposta às necessidades das populações, atendendo também à necessidade de desburocratizar, aproximar e tomar a decisão mais rápida junto da população.

O **Sr. Presidente** reitera que o objetivo é promover a agilidade, rapidez e eficácia das respostas dos serviços municipais, porque as pessoas não fazem ideia do que é ser diretor de um departamento, como no caso da Dra. Teresa Palaio, com 500 trabalhadores, com quase

uma centena de informações para despachar diariamente e que têm de ser validados, porque os coordenadores não tem que decidir, têm apenas de informar, porque há poucos chefes de divisão abaixo da sua estrutura e outras situações do género, como por exemplo, há muitos processos que circulam no interior da Câmara desnecessariamente por ausência de delegação de competências e possibilidade de decisão, porque de resto, ninguém consegue fazer milagres. Também considera que, ao contrário de outros, desde sempre a CDU entendeu que o serviço público só se faz com pessoal, não só com a desmaterialização nem a robotização, porque nem isso não dispensa pessoas. Portanto, este é o desenho que procura a eficácia e uma melhor resposta de serviço público.

Refere que poderiam ter encomendado um estudo ao exterior, mas esses estudos ao exterior que já fizeram no passado, mas para 900 trabalhadores e que até é necessário chegar aos mil, porque na autarquia não têm serviços externalizados, nem concessionados e quando tiverem as delegações de competências, vão ter de contar com mais duzentos, pelo menos, pergunta se num concelho com 465 quilómetros quadrados que tem cinco bibliotecas, com várias salas de espetáculo, com vários centros escolares e tem cerca de 15 equipamentos educativos, enfim, inúmeros serviços em que são necessários mais trabalhadores e depois, estas questões só se organizam quando se clarifica quem é que planeia, quem prioriza, quem avalia e as demais funções que são obrigatórias. Portanto, também ninguém justificou em 2013 como é que era possível funcionar quando havia 9 direções de departamento, com estudos de empresas para um quadro de pessoal de 1000 trabalhadores que desenhou uma estrutura muito maior e que ficou reduzida a 2 e portanto, quando se propõe agora 6 direções de departamento, não vê aqui nenhuma obsessão com isto. Portanto, reitera que o objetivo é servir melhor as pessoas. Também em relação às despesas com pessoal, depende das pessoas que escolherem, porque se trabalharem com as pessoas que estão na estrutura que queiram ser dirigentes, porque é preciso perceber que atualmente na Administração Pública, há muita gente que rejeita o cargo porque ganha mais no privado do que no sector público. A administração tem de melhorar muito, mas precisa de ter pessoal a fazer serviço em condições e precisa de ter estas questões reorganizadas, com estes níveis e cadeias de decisão. Acredita que estão a regressar a um modelo equilibrado, até porque não é apenas uma questão de nomeação, no caso de direção de departamento é preciso que essas pessoas já tenham exercido determinadas funções e são necessárias pessoas que estejam motivadas. Portanto, acredita que investir na direção de trabalhadores motivados e capacitados para decidir e investir entre trabalhadores, é investir no serviço público e infelizmente, ainda há gente tem estes resquícios que não querem qualificar a administração, mas a administração tem de ser qualificada para servir melhor. Esta é uma proposta que é equilibrada, que foi muito bem discutida, corresponde às necessidades que a organização já sentia há 2 ou 3 anos e que só agora é que foi possível garantir a sustentabilidade financeira, até para encarar aquilo que aí vem, que vai implicar mais trabalhadores, mais tarefas, mais competências, mais funções.

Portanto, comparativamente à estrutura de 2013, embora venham a ter o mesmo número em termos de unidades orgânicas, em 2019, têm uma nova realidade, porque os dirigentes de 3.º grau vão ganhar menos, mas o estatuto remuneratórios desses, será discutido pela Assembleia Municipal.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que as questões que colocou, foi para procurar definir o sentido de voto e perceber se acompanha este espírito entusiástico, mas o Sr. Presidente acabou por responder tudo ao lado, porque todas as questões que falou acerca de pessoal, não tem nada a ver com a estrutura nuclear, mas sim com o estatuto remuneratório, nomeadamente a questão do eletricista, do canalizador, do veterinário que não necessita fazer alteração à estrutura nuclear, portanto, foi uma resposta ao lado. Aliás, os estudos que são feitos por entidades externas, por norma também não acertam, porque não conhece a organização e aquilo que faz sentido é, que quem está dentro da organização demonstre aquilo que é necessário e depois, também gosta de saber quanto é que vai custar uma decisão deste género e não deixar essa questão para depois, porque quem paga impostos tem de ter uma noção mínima do quanto é que vão ou não, subir os custos e demonstrar que efetivamente, isto se adequa à realidade. Portanto, depois das questões que colocou e das respostas que foram dadas, notou que há aqui algum enfoque na questão das transferências de competências para os municípios em 2021 e quando esta reunião começou, a questão das transferências foi algo que o Sr. Presidente disse que iriam ver em 2021, porque acha que até lá, com este movimento contra algumas das transferências que são propostas pode ser que não haja, portanto, estão a adequar uma estrutura que pode não ser aquela que se deseja relativamente à transferência das contas. Portanto, considera que falta uma explicação mais adequada para justificar esta alteração orgânica que esclarecesse quais os ganhos de produtividade e de eficiência onde é que se verificaram as maiores dificuldades ou as menores dificuldades e essa falta de justificação faz com que não seja suficiente para votar contra, mas também não é suficiente para votar a favor e, por isso vai abster-se nesta proposta, sendo certo que depois de algumas explicações chegou a equacionar votar contra porque achou as respostas insuficientes, ainda assim, para não ser injusto, e acredita que algumas explicações foram dadas para se lamentar da vida e das agruras que até compreende algumas delas, mas algumas delas nem passam pela autarquia, como a questão do estatuto remuneratório e da atratividade do setor público e da Administração para os trabalhadores, que é uma questão que terá de ser a sociedade a debater.

O **Sr. Presidente** repete que a experiência que os atuais dirigentes e o conjunto de trabalhadores que têm assegurado informalmente a coordenação de alguns serviços e as agruras pelas quais têm passado, bem como as expectativas dos munícipes em relação a uma maior diligência e rapidez nalgumas respostas, justificariam esta estrutura e até uma mais ousada. Acrescenta que em relação à descentralização, não é verdade aquilo que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro referiu, porque a descentralização há de acontecer em 2021, mas

espera que venham a ser corrigidas as questões que ainda não estão clarificadas nos diplomas e tem sido sempre essa a tese aqui defendida pela CDU. De facto, esta estrutura está preparada já para o futuro, e que muito provavelmente em 2022, esta estrutura será novamente alterada, porém, estão já a trabalhar para as novas competências e a preparação para 2021. Existem autarquias da mesma dimensão de Palmela que têm diretores municipais cargo superior aos diretores de departamento e Palmela ainda não tem, portanto, relativamente aos custos, fizeram estudos para vários cenários e, em média, podem ter uma percentagem de acréscimo de despesa global de 0,39%, uma percentagem de acréscimo de despesa corrente de 0,56% e uma percentagem com despesas de pessoal de 1,14%, que para um município desta dimensão, a crescer em todos os domínios porque, ao contrário de outros, estão a ganhar população, com mais alunos ultimamente, mais estradas para cuidar, mais ciclovias para cuidar, mais espaços verdes e praças para cuidar, enfim, estão a equacionar o futuro e nesta proposta também estão a preparar um presente que é já futuro e, que deveria ter sido feito há mais tempo.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

Saída da reunião do Sr. Presidente

Nesta altura, o Sr. Presidente ausenta-se da sala.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Atribuição de apoio financeiro às Escolas de Música das entidades associativas do concelho.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_21-19:

«Em 2019, o Município de Palmela e um conjunto de agentes culturais e artísticos do concelho cruzaram vontades na concretização do Programa Palmela É Música que se materializou na Candidatura de Palmela à Rede de Cidades Criativas da UNESCO. Em Palmela, a música é componente da estratégia do Município para o desenvolvimento do território. A cultura e a música são fatores de diferenciação, de afirmação e de encontro com a nossa identidade cultural. É pela diversidade de expressões musicais e pela dimensão que o ensino e a prática da música têm no território de Palmela que afirmamos a nossa diferença e autenticidade, para a construção de um concelho mais inclusivo e desenvolvido.

As estruturas associativas do concelho que se dedicam ao ensino da música, têm realizado ao longo dos anos um trabalho de grande relevância para o desenvolvimento da música na nossa terra.

A Câmara Municipal de Palmela tem vindo a apoiar esse trabalho das estruturas do movimento associativo, designadamente através da atribuição de um apoio financeiro anual às suas Escolas de Música.

Assim, **propõe-se** em conformidade com o disposto da alínea o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoio financeiro no valor 5.150,00€ (cinco mil, cento e cinquenta euros) destinado ao funcionamento das escolas de música das associações abaixo identificadas:

- Sociedade Filarmónica Humanitária – € 1.100,00
- Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros” - € 1.100,00
- Sociedade Filarmónica União Agrícola – € 1.100,00
- Sociedade de Instrução Musical – € 1.100,00
- Associação de Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras – € 750,00.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de Quinta do Anjo para realização da 263.ª edição da Festa de Todos os Santos.

PROPOSTA N.º DCDJ 02_21-19:

«De 31 de outubro a 3 de novembro, a aldeia de Quinta do Anjo volta a receber a Festa de Todos os Santos, uma das mais antigas festividades do Concelho de Palmela, em resultado de um forte e continuado envolvimento da comunidade, que tem mantida viva até aos dias de hoje a memória da promessa de proteção da Aldeia de Quinta do Anjo face ao terramoto de 1755.

De cariz religioso e profano, com fortes tradições na Freguesia de Quinta do Anjo, valoriza a história e as tradições locais, assumindo uma grande importância na vida cultural e religiosa da Quinta do Anjo, estando fortemente enraizada na comunidade.

A Associação de Festas de Quinta do Anjo, entidade organizadora das festividades, tem vindo a desenvolver um trabalho de continuidade, tendo como objetivo a obtenção de recursos para a realização da festa.

A Câmara Municipal de Palmela assume-se, uma vez mais, como parceiro na concretização desta iniciativa e, para além do apoio financeiro que agora se propõe, apoiará também a sua

realização, nos aspetos logísticos, cedência de terrados e divulgação, contribuindo dessa forma para minorar os custos assumidos por parte da entidade organizadora.

O apoio logístico estima-se em € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros).

Assim, e em conformidade com o disposto nas alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro, no valor de € 3.500,00 (três mil e quinhentos euros) à Associação de Festas de Quinta do Anjo como participação na organização da 263.ª edição da Festa de Todos os Santos, em Quinta do Anjo.»

Entrada na reunião do Sr. Presidente

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pelo Sr. Presidente.

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas de Quinta do Anjo para realização da 263.ª edição da Festa de Todos os Santos numerada DCDJ 02_21-19 intervêm:

O **Sr. Vereador José Calado** aproveita para desejar boas festas à Associação e a toda a sua equipa, porque é um sacrifício destas pessoas que entram nestas questões das festas, que é sempre uma carga de trabalhos e que aprecia esse sacrifício que fazem para que continuem a divulgar a cultura e a desenvolver o território da melhor forma e por isso, dá os parabéns e cumprimenta todo o pessoal que organiza as festas.

O **Sr. Presidente** refere que toda a gente gosta de festas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 6 – Início do procedimento de Classificação do Museu da Música Mecânica como Imóvel de Interesse Municipal.

PROPOSTA N.º DCDJ 03_21-19:

«Considerando que:

1. o Museu da Música Mecânica, propriedade de Luís Canguero, sito na Rua dos Alegrias – Arraiados, freguesia de Pinhal Novo, é um equipamento cultural inaugurado em outubro de 2016, que tem um trabalho contínuo desde então com uma agenda marcada por iniciativas de índole musical e expositiva de qualidade;

2. esse equipamento, enquanto elemento arquitetónico e como estrutura museológica, foi alvo de diversas distinções nacionais e internacionais pela originalidade, funcionalidade e relação com os públicos;
3. o município de Palmela tem um Acordo de Colaboração com aquele Museu tornando-o extensão museológica e propiciando aos munícipes - integrados em grupos organizados por serviços municipais – a isenção de pagamento de um número fixo de entradas por ano letivo, o que de acordo com avaliações da comunidade educativa e de grupos seniores tem sido muito gratificante;
4. o Museu da Música Mecânica integra uma coleção ímpar de nível internacional, de instrumentos musicais daquela tipologia, e que a sua presença no concelho potencia a visita a este de públicos muito variados à zona rural onde se encontra implantado, e que divulga também o concelho Palmela sempre que se apresenta em diversas iniciativas para as quais é convidado, sendo potenciador do turismo nessa zona;
5. de acordo com o disposto na alínea t), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as autarquias locais gozam de competência material para «assegurar o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município»;
6. nos termos do n.º 6, do artigo 15.º, dos n.ºs 1 e 2 do artigo 25.º e n.º 1 do artigo 94.º da Lei de Bases do Património Cultural – Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro – bem como do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, compete às câmaras municipais, a classificação de bens imóveis como sendo de interesse municipal;
7. os bens imóveis em vias de classificação ficam sujeitos a um regime específico, previsto no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, designadamente ao constante das alíneas a), b), f), h), i), j) e l).

Nestes termos, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela delibere a abertura do procedimento administrativo de classificação do Museu da Música Mecânica, como Imóvel de Interesse Municipal.»

Sobre a proposta de Início do procedimento de Classificação do Museu da Música Mecânica como Imóvel de Interesse Municipal numerada DCDJ 03_21-19 intervém:

O **Sr. Presidente** esclarece que trata-se do início de um processo que também vai estar sujeito a consulta pública e que todos reconhecem a importância daquele espaço cultural e, sobretudo a excelência do próprio edificado que, com esta classificação, ficará mais protegido, uma vez que é um espaço que esperam que perdure por muitos anos e que já começou a fazer história no concelho.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 7 – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e o Palmelense Futebol Clube no âmbito da realização de obras de remodelação do posto médico e casas de banho do Campo Cornélio Palma.

PROPOSTA N.º DCDJ 04_21-19:

«Considerando que:

1. de acordo com o enunciado do n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que menciona caber ao Estado e às autarquias locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;
2. a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento social, com investimento na educação, na cultura, no desporto, na juventude e na intervenção social;
3. a autarquia define como uma das suas ações prioritárias no seu plano de mandato a promoção da manutenção e requalificação de equipamentos desportivos não municipais;
4. o Palmelense Futebol Clube apresenta-se como um clube formador junto de jovens desportistas no concelho;
5. as direções do clube têm efetuado vários investimentos nas suas instalações desportivas, procurando melhorar as condições da prática desportiva das equipas do clube, bem como dar resposta ao aumento do número de praticantes;
6. o clube apresentou um pedido de apoio municipal que tem como objetivo efetuar a realização de obras de remodelação do posto médico e casas de banho do Campo Cornélio Palma.

Propõe-se ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da alínea o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigos 6.º, 46.º e 47.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que veio estabelecer o regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, a aprovação do contrato-programa entre o Município de Palmela e o Palmelense Futebol Clube, em anexo, o qual faz parte da presente proposta, que define os termos de cooperação entre as partes no âmbito da realização de obras de remodelação do posto médico e casas de banho do Campo Cornélio Palma.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 8 – Protocolo entre o Município de Palmela, Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela e Upper Score – Associação Desportiva.

PROPOSTA N.º DCDJ 05_21-19:

«Considerando que:

1. as atribuições legais que os municípios dispõem no domínio dos tempos livres e desporto, bem como a competência para apoiar atividades de natureza desportiva e recreativa que contribuam para a promoção e generalização das atividades físicas e desportivas, enquanto instrumento para melhoria da condição física, da qualidade de vida e saúde dos cidadãos;
2. as políticas cultural e desportiva prosseguidas pela Câmara Municipal de Palmela têm proporcionado o desenvolvimento cultural e desportivo no concelho. Parte significativa deste desenvolvimento tem sido conseguida através da participação ativa das associações, quer nas atividades, quer pela utilização do seu património. Neste contexto, numa lógica de otimização dos recursos, importa continuar a aproveitar todos os equipamentos existentes no concelho para a realização de diferentes atividades;
3. a Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela, para além da sua missão no âmbito da Proteção Civil, desenvolve também uma importante ação social junto da comunidade palmelense, contribuindo com as suas instalações para a realização de diversas atividades;
4. no quadro da política municipal de parcerias tem-se procurado estabelecer protocolos para a utilização de instalações de associações e clubes.

Face ao exposto, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela delibere, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, da mesma Lei, a aprovação do Protocolo de Cooperação a estabelecer entre a Câmara Municipal de Palmela, a Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela e a Upper Score – Associação Desportiva, cuja minuta se anexa e faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se há Municípes para intervir neste período.

Não há intervenções.

- **Reunião de câmara extraordinária** – O **Sr. Presidente** refere que, possivelmente, irá decorrer uma reunião extraordinária no dia 23 de outubro.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e cinquenta e oito minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco